

INQUÉRITO 4.828 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO

O presente Inquérito 4.828/DF foi instaurado, por requerimento da Procuradoria Geral da República, para *“a apuração de fatos ocorridos no dia 19 de abril de 2020 e seus antecedentes”, em virtude da ocorrência de “aglomerações de indivíduos diante de quartéis do Exército brasileiro das quais foram noticiadas pretensões de animosidade entre as Forças Armadas e as instituições nacionais”*.

A Polícia Federal apresentou Relatório Parcial de Investigação (SR/PF/DF 2020.0124709), datado de 18/12/2020, com o resultado dos atos de investigação no presente inquérito, contemplando o atual estado das investigações, considerando as diligências realizadas, os relatórios de análise de material elaborados e as pendências existentes, submetendo proposições investigatórias à apreciação.

No Relatoria de Investigação apresentou a Autoridade Policial as seguintes "hipóteses criminais":

Nos termos do artigo 4º, inciso III, da Instrução Técnica nº 01-DICOR/PF, de 19 de dezembro de 2018, apresentam-se a seguir duas hipóteses criminais atualizadas e identificadas a partir da análise dos elementos objetivamente identificados nos autos, considerando a exploração e a análise do material obtido e apreendido, os acessos aos dados bancários, fiscais e telemáticos, as diversas oitivas realizadas, em conjugação com as informações e relatórios policiais produzidos, a qual, para subsistir, necessitarão de outros atos de investigação.

A **primeira hipótese criminal** foi formulada pela Autoridade Policial nos seguintes termos (fls. 119/121, do Relatório da PF):

"HIPÓTESE CRIMINAL I:

Um desses eventos pode ser resumido pela asserção inicialmente apresentada de que *“um grupo de pessoas formado por agentes públicos, por produtores de conteúdo vinculados a canais de comunicação em redes sociais – aqui denominados produtores –, integrantes de grupos extremistas que externam suas ideias em manifestações e ações físicas, denominados operadores, e agentes políticos que difundem o conteúdo dos produtores (chamados difusores)”*, gerando a seguinte hipótese criminal:

Hipótese criminal I:

No período compreendido entre 2019 até data atual (junho de 2020), em Brasília e outros locais não identificados, agentes públicos não identificados vinculados à então Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) distribuíram ou permitiram a distribuição de recursos públicos direta e/ou indiretamente, por qualquer meio, aos canais incumbidos da produção e da difusão de propaganda, em meios de comunicação (Twitter, YouTube, Facebook), de processos ilegais para alteração da ordem política ou social, bem como para incitar parcela da população à subversão da ordem política ou social e à animosidade das Forças Armadas contra o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

Outra forma de distribuição de recursos se dá por contratações, diretas ou não, de pessoas que possuem vínculos com os canais de difusão de propaganda e/ou com as ações de incitação a processos ilegais descritos, por pessoas vinculadas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Em relação à hipótese criminal supracitada não houve avanço significativo na obtenção de dados que pudessem proporcionar o esclarecimento dos fatos, uma vez que não foi possível obter informações aptas a verificar se a SECOM adotou medidas que impedissem o direcionamento de recursos federais aos canais, ou se não teria impedido a utilização de *backlists*¹ em sítios

governamentais, aumentando a autoridade de domínio e permitindo a promoção de alguns dos canais.

Já em relação ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, os elementos indicadores da asserção acima são as declarações de SARA GIROMINI (ex-coordenadora do ministério), de OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO, de SANDRA MARA WOLF PEDRO EUSTÁQUIO (ex-secretária do ministério), que confirmam que todos trabalharam no ministério ou contribuíram na equipe de transição, além dos vínculos de ARIANE DA PAIXÃO (coordenadora do Ministério), possivelmente ligada à atividade doméstica na residência do casal OSWALDO/SANDRA, e RENAN SENA (ex-prestador de serviço), além da identificação de outras pessoas (com vínculo identificado com OSWALDO EUSTAQUIO FILHO) contratadas em cargos de direção e assessoramento superior (DAS).

Uma das dificuldades encontradas na apuração desses fatos foi que a PF aguardou deliberação a respeito das medidas pleiteadas² na data de 25 de junho de 2020, colocando esse evento em suspensão no que tange ao emprego de outros atos de investigação. A pretensão da PF era permitir a obtenção direta dos dados sob domínio de órgão público e entidades privadas, sem que houvesse risco de manipulação/preparação das informações.

Não houve aprofundamento no entendimento de quais seriam os mecanismos de filtragem eventualmente disponíveis e/ou empregados pela SECOM, bem como quem seriam os servidores do governo federal diretamente responsáveis pelas ações/omissões que, de alguma forma, beneficiariam os canais indicados.

PROPOSIÇÃO: sugere-se instauração de inquérito policial específico para aprofundamento das situações noticiadas, considerando que os fatos ainda permanecem sem esclarecimento."

[1] Backlinks, ou links de entrada ou inbound links,

são hiperlinks que redirecionam o usuário para outro site.

[2] Observação: para confrontar a hipótese criminal acima, a Polícia Federal entendeu necessária a realização de ação simultânea nas instalações da SECOM e outros locais, representando pela expedição de mandados de busca e apreensão e para realização de diligências diversas voltadas à compreensão dos fatos. Da mesma forma, também se pediu nessa representação autorização de busca e apreensão na sede do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ambas prejudicadas em razão do tempo decorrido.

A **segunda hipótese criminal** foi apresentada pela autoridade policial da seguinte forma (fls. 121/148, do Relatório da PF):

"HIPÓTESE CRIMINAL II:

O outro evento aderente ao foco do INQ 4828 trata de movimento online de pessoas associadas para supostamente promover difusão de ideias com potencial de causar instabilidade na ordem política e social, identificada no relatório da Atlantic Council produzido para o FACEBOOK, o qual indicou a atuação de uma rede que *"consistia em vários grupos com atividade conectada que utilizavam uma combinação de contas duplicadas e contas falsas – algumas das quais tinham sido detectadas e removidas por nossos sistemas automatizados – para evitar a aplicação de nossas políticas, criar pessoas fictícias fingindo serem repórteres, publicar conteúdo e gerenciar Páginas fingindo ser veículos de notícias"*, apontando correspondência e convergência de atores já mencionados no presente inquérito.

A partir daí, a PF representou ao juízo para acessar tais dados, ao mesmo tempo em que, a partir das declarações do Deputado Federal ALEXANDRE FROTA, tentou obter o compartilhamento das informações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI-FAKE NEWS), o que não foi possível diante da recusa de seu presidente, Senador ANGELO CORONEL.

Ainda assim, a partir dos dados existentes nos autos, pode-se enunciar a seguinte hipótese criminal:

Hipótese criminal II:

Em período compreendido entre meados de 2018 e a presente data, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e outros locais, PESSOAS CITADAS NO RELATÓRIO ATLANTIC COUNCIL³ e outras pessoas ainda não identificadas se uniram em unidade de desígnios com o objetivo de obter vantagens político-partidárias por meio da produção e da difusão de propaganda, em manifestações ou em meios de comunicação (redes sociais ou canais de comunicação), de processos ilegais para alteração da ordem política ou social e/ou para incitar parcela da população à subversão da ordem política ou social e/ou à animosidade das Forças Armadas contra o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional e/ou imputar crimes ou fatos ofensivos à reputação dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Identificou-se que alguns integrantes do grupo ocupam/ocupavam cargos políticos e/ou comissionados em órgãos públicos (Presidência da República; Câmara dos Deputados, Senado Federal, Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, Assembleias Legislativas dos Estados de SP e RJ), utilizando a estrutura da Administração Pública para prática dos fatos descritos.

A partir da divulgação, pelos meios de comunicação, da existência de relatório elaborado pela *Atlantic Council* acerca da remoção de diversas contas das redes sociais FACEBOOK e INSTAGRAM em razão de comportamento inautêntico e coordenado no Brasil, demonstrando convergência com o escopo dos fatos apurados no bojo do INQ 4828/STF, foi determinado pelo juízo que a empresa FACEBOOK apresentasse o referido relatório, o qual aduzia que as ações adotadas pela empresa se deram em consonância com as medidas previstas para a seguinte tipologia estabelecida pela empresa: “Operações executadas

por um governo para atingir seus próprios cidadãos. Isso pode ser particularmente preocupante quando combinam técnicas enganosas com o poder de um Estado."

Em posse do documento, a Polícia Federal obteve dados externos e independentes com a finalidade de checar a consistência e a plausibilidade das informações apresentadas pelo *Atlantic Council*, com detenção pela empresa FACEBOOK, que pudessem auxiliar no esclarecimento dos fatos ora apurados, bem como na identificação de existência de autoria e de materialidade.

De acordo com as informações da *Atlantic Council*, foram identificados 3 (três) grupos que atuavam utilizando contas inautênticas e de forma coordenada, quais sejam: Grupo Brasília, Grupo Rio de Janeiro e Grupo São Bernardo do Campo. A PF, então, identificou aproximadamente 80.552 (oitenta mil e quinhentos e cinquenta e dois) acessos oriundos das contas apontadas no relatório da *Atlantic Council*.

Utilizando o grupo Brasília como referência, limitou-se o escopo da análise a aproximadamente 15.528 (quinze mil e quinhentos e vinte oito) vínculos de CONTA → ENDEREÇO IP. Desse universo, foram solicitados às operadoras (CLARO, TIM, OI e VIVO) dados cadastrais de 5.120 (cinco mil cento e vinte) vínculos de contas com endereço IP, sendo que apenas 844 acessos tiveram seus assinantes identificados (total 31 assinantes), dos quais alguns deles com vínculos com os proprietários das contas inautênticas apontadas pelo FACEBOOK.

[Tabela contendo relação de "Assinante da provedora de internet", "Vínculo com o proprietário da conta" e "Conta acessada"]

Diante da amostragem analisada, identificaram-se 1.045 acessos de conta apresentadas no Relatório da *Atlantic Council* oriundos de órgãos públicos, conforme tabela abaixo:

[Tabela contendo relação de "Conta utilizada", "Nº de

acesso" e "Internet do órgão público"]

Com o objetivo de identificar se mais de uma pessoa utilizava as contas indicadas na tabela acima, foram requisitados os dados de usuários à Presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e à Câmara dos Vereadores do Município do Rio de Janeiro.

Conforme os dados fornecidos pela Câmara dos Deputados, foram identificados os seguintes usuários:

[Tabela contendo relação de "Conta utilizada", "Usuário identificado" e "Nº de acesso"]

O envio dos dados requisitados ao Senado Federal e à Presidência da República⁴ que indicassem os dados cadastrais dos usuários relacionados ao acesso das contas apontadas acima está pendente. Já em relação a Câmara dos Vereadores do Município do RJ, foi comunicado que tal instituição não possui arquitetura de registro de logs de acesso à *internet*. Logo, não teriam como fornecer dados que pudessem individualizar os usuários da *internet* no ambiente do mencionado órgão público (ofício GP nº 10 – 3101/2020, Gabinete da Câmara dos Vereadores do RJ).

A fase seguinte abarcou a análise do conteúdo dessas contas, o que só foi possível com interveniência do Exmo. Sr. Ministro relator, diante da recusa inicial da empresa FACEBOOK em fornecedor o material que subsidiou a suspensão das contas consideradas inautênticas. Uma vez enviado o conteúdo das 88 (oitenta e oito) contas identificadas pela *Atlantic Council*, a análise preliminar indica a provável supressão de conteúdo de diversas contas/páginas. Resultado parcial segue conforme tabela:

[Tabela intitulada "Contas/páginas Facebook", contendo relação de "Proprietário/conta", "Data de registro da conta", "Nº de seguidores", "Total de IPs", "Nº Imagens", "Descrição imagem/vídeo"]

[Tabela intitulada "Instagram", contendo relação de "Proprietário/conta", "Data de registro da conta", "Nº de seguidores", "Total de IPs", "Nº Imagens", "Descrição

imagem/vídeo"]

[Tabela intitulada "Instagram", contendo relação de "Proprietário/conta", "Data de registro da conta", "Nº de seguidores", "Total de IPs", "Nº Imagens", "Descrição imagem/vídeo"]

Registra-se que o cenário apresentado acima é provisório, em razão de pendências apontadas. Em que pese não ter sido concluída a apuração criminal, não há impedimento para o compartilhamento dos dados e subsequente avaliação da repercussão desses fatos em outras esferas."

[3] O relatório cita textualmente as seguintes pessoas: Jair Messias Bolsonaro, Tércio Arnaud Tomaz, Eduardo Nantes Bolsonaro, Paulo Eduardo Lopes, Eduardo Carlos Guimarães, Carlos Nantes Bolsonaro, Flávio Nantes Bolsonaro, Alana Passos, Leonardo Rodrigues Barros Neto, Anderson Luis de Moraes, Vanessa do Nascimento Navarro, Paulo Nishikawa, Jonathan Willian Benetti.

[4] A Secretária-Geral da Presidência da República encaminhou na data de 11 novembro de 2020 os dados sobre os usuários, porém devido ao formato do arquivo digital apresentado, foi solicitado novo envio na data de 04/12/20, conforme os novos parâmetros apresentados.

Além das hipóteses criminais, a autoridade policial descreveu inúmeros **outros fatos potencialmente relevantes sob a óptica penal**, apresentando as suas proposições, conforme o seguinte trecho do mencionado Relatório da PF (fls. 149/153):

"[...] OUTROS EVENTOS IDENTIFICADOS:

Como descrito, além das hipóteses criminais citadas que delimitaram o esforço investigativo da PF neste inquérito, foram identificados diversos eventos ainda sem elucidação, os quais ainda não foram claramente delineados e necessitam de aprofundamento.

A tabela abaixo apresenta um breve resumo de situações

que foram identificadas e que podem possuir repercussões diversas, sendo apresentadas proposições ao juízo na coluna seguinte, com o fim de propiciar o direcionamento das investigações e conseqüente celeridade na apuração:

Nº	EVENTOS IDENTIFICADOS	
01	<p>RECEBIMENTOS DE VALORES NO EXTERIOR, RELACIONADOS A MONETIZAÇÃO VIA GOOGLE DA EMPRESA "TERÇA-LIVRE"</p>	<p>PROPOSIÇÃO</p>
	<p>A análise de material apreendido em poder de ALLAN DOS SANTOS aponta para a possibilidade de ocorrência de envio de valores ao exterior com a interposição de pessoas (BBTV) para recebimento da monetização do canal TERÇA LIVRE. Identificou-se que ao menos uma parte do dinheiro retorna ao Brasil via PAYPAL, bem como por meio de alguns pagamentos de despesas de ALLAN e do sítio TERÇA LIVRE realizados pelo sócio JOÃO BERNARDO (empresário brasileiro residente nos EUA e vinculado ao canal).</p> <p>Permanece a necessidade de aprofundamento, a fim de verificar se esses pagamentos são feitos com os valores da monetização pagas via empresa canadense e a motivação para a interposição de pessoas físicas e jurídicas, bem como a correta identificação do fluxo de monetização. Registre-se que há menção a um processo de criação da empresa TERÇA LIVRE INTERNACIONAL, que seria sediada no exterior.</p> <p>Com base nesses dados, há indicativo de que ALLAN teria faltado com a verdade no depoimento na CPMI sobre a composição da sociedade da empresa TERÇA LIVRE e recebimento de valores de monetização via GOOGLE.</p>	<p>Como se observa, há necessidade de aprofundamento nesses fatos por meio de inquérito policial específico, o qual permitirá a identificação do caminho do dinheiro, da motivação e dos procedimentos adotados pelas pessoas em torno do fato.</p> <p>Por esse motivo, sugere-se ao juízo que se determine a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.</p>

Houve representação da PF ao juízo no dia 22 de julho, pedindo que se determinasse à empresa GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA o envio dos dados relacionados a pagamentos efetuados à BBTV, que seriam destinados ao sítio TERÇA LIVRE.

Em paralelo, há pedido de cooperação jurídica internacional formulado pela PF à Justiça canadense, a fim de obter os dados de monetização da empresa BBTV. Houve pedido de complementação por parte do governo canadense, com demanda para que o Brasil envie mais dados indicadores do envolvimento de ALLAN DOS SANTOS nos fatos indicados.

02

TENTATIVA DE OBSTRUÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO (CPMI-FAKENEWS):

Com correlação com o evento acima, um dos fatos identificados durante a investigação foi a articulação e atuação de integrantes do grupo para criar obstáculos à apuração realizada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das *Fake News* (CPMI-*Fake News*), incidente sobre a mesma associação e sobre o mesmo modo de agir, porém com foco na prática de notícias falsas pela rede mundial de computadores.

Em grupo de aplicativo de mensagens (Conselheiros TL), integrantes do grupo tentaram convencer a deputada federal BIA KICIS a “derrubar” a convocação e subsequente oitiva de JOÃO BERNARDO BARBOSA, que na verdade é sócio e membro do conselho administrativo do TERÇA-LIVRE, além de pessoa que paga contas de ALLAN DOS SANTOS, fosse realizada pela CPMI, impedindo que a comissão avançasse no entendimento dos fatos.

A investigação identificou que ALLAN DOS SANTOS atestou em seu depoimento que JOÃO BERNARDO

PROPOSIÇÃO

Os dados obtidos apontam para a articulação entre as pessoas, no interesse de evitar a atividade constitucionalmente prevista de investigar atribuída à CPMI.

Surge a necessidade de aprofundamento desse evento por meio de inquérito policial específico, o qual permitirá a identificação dos objetivos, a motivação para retirada da convocação de JOÃO BERNARDO e verificar qual a intenção dessa ação.

Por esse motivo, sugere-se ao juízo a determinação a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.

BARBOSA era apenas um voluntário do TERÇA-LIVRE, minimizando sua participação nos fatos.
 Não há clara indicação das circunstâncias, impondo-se o aprofundamento para verificação da repercussão

03 DOAÇÃO DE VALORES PARA TERÇA-LIVRE (POSSÍVEL INTERPOSIÇÃO DE PESSOAS PARA LAVAGEM DE CAPITAIS)

No curso dos trabalhos de análise do material obtido durante a investigação, identificou-se que o sítio TERÇA-LIVRE e pessoas vinculadas recebem valores significativos doados ao canal por meio de plataformas de *crowdfunding* (indicação de cerca de 100.000 por mês), feitos por meio de sítios de doação (apoia-se, *super chat* etc) ou diretamente em contas pessoais.

Durante a busca e apreensão executada na residência de ALLAN DOS SANTOS, foi encontrada uma planilha de doadores do canal TERÇA-LIVRE, via plataforma APOIA-SE, contendo mais de 1700 linhas. Entre os 16 primeiros doadores, há um servidor público do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (RAUL NAGEL) que realizou 27 transações que totalizaram R\$ 40.350,00. GIULIANO CARVALHO, servidor da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro, realizou 31 transações que totalizaram R\$ 15.500,00. CHRISTIANO CAVALCANTE (servidor do Senado Federal) doou, em 3 transações, R\$ 15.000,00. Já a servidora do BNDES ANA MARIA DA SILVA GLÓRIA doou diretamente na conta de ÍTALO LORENZON NETO (sócio do TERÇA-LIVRE) ao menos R\$ 70.000,00.

Segundo os dados discutidos por pessoas ligadas à gestão financeira do TERÇA-LIVRE, entre 13 de abril de 2020 a 13 de maio de 2020, houve 1581 transações, das quais 649 sem recebimento da identificação de CPF. A quantidade de doações, o valor repassado por

PROPOSIÇÃO

O presente evento traz elementos que apontam para a necessidade de aprofundamento, considerando a quantidade de servidores públicos doadores e respectivos valores repassados.

Sugere-se ao juízo a determinação a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.

servidores públicos, a forma do repasse, a preocupação demonstrada pelas pessoas ligadas ao TERÇA-LIVRE quanto à exigência de indicação de CPF pelo sítio APOIA-SE, indica a necessidade de compreender os fatos e as circunstâncias.

04

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

PROPOSIÇÃO

Algumas pessoas físicas e jurídicas foram alcançadas em momento inicial da investigação e ações realizadas trouxeram outros eventos à luz.

A análise bancária preliminar (período 19 de abril de 2019 a 03 de maio de 2020) da conta da INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

(propriedade de SERGIO LIMA) identificou que a empresa basicamente recebeu os seguintes valores:

- Transferência de contas associadas a LUIS FELIPE BELMONTE, as quais repassaram para empresa INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA a soma de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e para a pessoa física de SERGIO FERREIRA DE LIMA a soma de R\$ 1.050.000,00 (um milhão de cinquenta reais). De acordo com SERGIO LIMA, tais valores estavam associados a prestação de serviço em redes sociais de BELMONTE e a um empréstimo.

- Foram identificados repasses dos parlamentares ALINE SLEUTJES, ELIESER GIRÃO, JOSE NEGRÃO PEIXOTO, BIA KICIS que somam o valor de R\$ 30.300,00. De acordo com SERGIO tais valores estariam relacionados a prestação de serviço de desenvolvimento de redes sociais de tais parlamentares.

- Repasse de valores que somam R\$ 500.000,00 de uma confecção situada na 25 março em São Paulo/SP, de propriedade de uma pessoa de origem estrangeira (chinesa).

O presente evento traz elementos que apontam para a necessidade de aprofundamento, considerando a valores repassados.

Sugere-se ao juízo que se determine a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.

05	<p align="center">NEGOCIAÇÃO COM PETROBRAS – ALUGUEL TERRENO POSTO DE GASOLINA</p>	<p align="center">PROPOSIÇÃO</p>
	<p>Renegociação de valor de aluguel de imóvel por FAKHOURY à PETROBRAS; Aditivo firmado em 07/05/19 em acordo extrajudicial, no qual se reajustou o valor de locação de R\$ 30.000 para R\$ 110.000 (de 01/09/17 a 31/12/18) e posteriormente passaria a ser de R\$ 150.000 (a partir de 01/05/19). Todos os valores foram reajustados com datas retroativas e essa diferença deveria ser paga em 20 dias. Em agosto de 2017, a EPOF (empresa de FAKHOURY) entrou com pedido de despejo da locatária PETROBRAS. O despejo foi efetivado em 27/12/17. Porém, os pagamentos relacionados ao aluguel continuaram.</p>	<p>O presente evento traz elementos que apontam para a necessidade de aprofundamento, considerando a valores repassados.</p> <p>Sugere-se ao juízo que se determine a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.</p>
06	<p align="center">SOLICITAÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA – PREFEITO DE LIMEIRA/SP</p> <p>SERGIO solicitou auxílio a LUIS FELIPE BELMONTE para que conversasse com o Senador PETECÃO (PSB), a fim de que ele intercedesse junto ao prefeito de Limeira/SP, MARIO BOTION (PSB), para que o prefeito cessasse a suposta cobrança de vantagem indevida ao empresário EDSON CORTEZ no valor de R\$ 4.000.000,00.</p>	<p align="center">PROPOSIÇÃO</p> <p>O presente evento traz elementos que apontam para a necessidade de aprofundamento.</p> <p>Sugere-se ao juízo que determine a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.</p>
07	<p align="center">PAGAMENTO DE CAIXA-DOIS</p> <p>Na análise do celular apreendido, identificou-se a existência de diálogo em que LUIS FELIPE BELMONTE conversa com sua esposa, Deputada PAULA BELMONTE, sobre a criação de uma empresa de eventos. Explica que tal empresa foi montada com o</p>	<p align="center">PROPOSIÇÃO</p> <p>O presente evento traz elementos que apontam para a necessidade de aprofundamento.</p>

intuito de justificar o dinheiro (R\$ 2.000.000,00) de caixa-dois investido campanha de "IVAN".

Sugere-se ao juízo que determine a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.

Em 04/01/2021, determinei a abertura de vista à douta Procuradoria-Geral da República para manifestação sobre o relatório parcial da Polícia Federal.

Os autos foram recebidos naquele órgão em 05/01/2021; em 04/06/2021, vieram aos autos a citada manifestação, afirmando, em resumo, a ausência de diligências para identificar a origem do financiamento da atividade ilícita e a vinculação subjetiva entre as pessoas identificadas na hipótese criminal; a ausência de medidas investigativas para identificar o beneficiário do financiamento coletivo ID 1015312, nem da motivação da empresa Vakinha.com em descumprir seus termos de negócio, uma vez que teria permitido coleta e pagamento em valor superior ao limite estabelecido; a ausência de medidas efetivas de preservação do conteúdo de postagens, permitindo que investigados promovessem a limpeza de arquivos, especialmente aqueles que continham ataques ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; que não houve correta análise e apuração da documentação atinente à monetização de páginas de redes sociais, nem da conduta das empresas que promovem tal atividade, o que pode ter contribuído para o financiamento direto de manifestações ilegais.

Sustenta que a investigação proposta está comprometida por falhas da Polícia Federal e que, "nessas circunstâncias, a submissão à jurisdição penal não pode ser via duradoura, sobretudo quando lança suspeição difusa sobre a política sem demonstração cabal de elementos por investigadores profissionais" e que "Remanesce aberta a oportunidade de se proceder a novas pesquisas nas instâncias ordinárias, se de outras provas a autoridade policial tiver notícia, ou a via cível ou administrativa

INQ 4828 / DF

de contenção de pessoas jurídicas que exploraram comercialmente o filão que originou este inquérito.”

Requer, ao final, o arquivamento do inquérito com relação à apuração de crimes contra a lei de segurança nacional e também:

(i) seja declarada a extinção de punibilidade do investigado Arolde de Oliveira, ante o que dispõe o art. 107, inciso I, do Código penal;

(ii) sejam levantadas as medidas restritivas de direito impostas durante a investigação;

(iii) sejam encaminhadas, com a documentação pertinente, para a Justiça Federal as proposições de n. 1 e de n.2 e para a Justiça Estadual as proposições de n.3, n.4, n.5 e n.6, todas constantes do campo eventos identificados do relatório da autoridade policial;

(iv) seja a Receita Federal do Brasil instada a apurar eventual omissão de declaração das receitas descritas nos relatórios de monetização de folhas 57 a 123 do RE 2020.0070028;

(v) seja desentranhado, por não interessar à investigação, o documento funcional acostado à folha 46 do apenso 2 do IPL 2020.0060052.

Em 04/06/2021, determinei o levantamento dos autos principais deste inquérito, atendendo ao disposto no inciso IX do art. 93 da Constituição Federal de 1988, que determina que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Em 07/06/2021, determinei que a PGR esclarecesse de forma direta e específica: (a) quais medidas restritivas de direito pretende que sejam levantadas, uma vez que o órgão ministerial sugere a manutenção de diversas investigações nas Justiças Federal e Estadual (item 166, ii);

INQ 4828 / DF

(b) em face de inúmeros dados sigilosos, qual a documentação pertinente que pretende que acompanhe a continuidade das investigações sugeridas para a Justiça Federal, nas proposições de n. 1 e de n. 2 e para a Justiça Estadual nas proposições de n. 3, n.4, n.5 e n.6, todas constantes do campo eventos identificados do relatório da autoridade policial (item 166, iii).

Por fim, em 09/06/2021, verificando que, diante do levantamento do sigilo dos autos principais, não havia necessidade de manutenção da total restrição de publicidade nos casos em que as diligências já se encontram concluídas, determinei o levantamento do sigilo dos seguintes apensos: RE 2020.0080238; RE 2020.0070137; RE 2020.0062243; RE 2020.0108833 e RE 2020.0079235.

É o relatório. Decido.

I) ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO Nº 4828.

O princípio do monopólio constitucional da titularidade da ação penal pública no sistema jurídico brasileiro somente permite a deflagração do processo criminal por denúncia do Ministério Público (Pet. 4281/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJE de 17-8-2009), tendo esta CORTE decidido pela incompatibilidade do novo modelo acusatório consagrado pelo artigo 129, inciso I, do texto constitucional com todos os procedimentos que afastavam a titularidade privativa da ação penal pública do *Parquet*, previstos antes da promulgação da Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988 (RTJ, 149/825, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; HC 67.931/RS, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Diário da Justiça, Seção I, 31 ago. 1990).

Ressalte-se, ainda, que, em nosso sistema acusatório consagrado constitucionalmente, a titularidade privativa da ação penal ao Ministério Público (CF, art. 129, I), a quem compete decidir pelo oferecimento de denúncia ou solicitação de arquivamento do inquérito ou peças de informação, não afasta o dever do Poder Judiciário de exercer sua

INQ 4828 / DF

“atividade de supervisão judicial” (STF, Pet. 3825/MT, rel. Min. GILMAR MENDES), evitando ou fazendo cessar toda e qualquer ilegal coação por parte do Estado-acusador (HC 160.124, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, d. 22/11/2011).

O ilustre Vice Procurador-Geral da República finalizou sua manifestação propondo o arquivamento do presente inquérito policial, concluindo que a investigação proposta está comprometida por falhas da Polícia Federal e que, nessas circunstâncias, a submissão à jurisdição penal não pode ser via duradoura, sobretudo quando lança suspeição difusa sobre a política sem demonstração cabal de elementos por investigadores profissionais e que remanesce aberta a oportunidade de se proceder a novas pesquisas nas instâncias ordinárias, se de outras provas a autoridade policial tiver notícia, ou a via cível ou administrativa de contenção de pessoas jurídicas que exploraram comercialmente o filão que originou este inquérito.

Assim, tendo o Ministério Público requerido o arquivamento no prazo legal, não cabe ação privada subsidiária, ou a título originário (CPP, art. 29; CF, art. 5º, LIX), sendo essa manifestação irretratável, salvo no surgimento de novas provas (HC 84.253/RO, Segunda Turma, Rel. Min. CELSO DE MELLO; Inquérito 2028/BA, Pleno, Rel. Min. ELLEN GRACIE Red. p/ o acórdão Min. JOAQUIM BARBOSA, 28.4.2004, HC 68.540-DF, Primeira Turma, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, DJU, 28 jun. 1991).

Diante disto, ACOLHO a manifestação da Procuradoria-Geral da República e DEFIRO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE INQUÉRITO, instaurado para “a apuração de fatos ocorridos no dia 19 de abril de 2020 e seus antecedentes”, em virtude da ocorrência de “aglomerações de indivíduos diante de quartéis do Exército brasileiro das quais foram noticiadas pretensões de animosidade entre as Forças Armadas e as instituições nacionais”, nos termos do art. 3º, I, da Lei 8.038/1990, c/c os arts. 21, XV, e 231, § 4º, do RISTF, ressalvada a hipótese do art. 18 do Código de Processo Penal.

II) COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES DOS EVENTOS NºS 01/02/03/04/05 IDENTIFICADOS PELA POLÍCIA FEDERAL.

Anoto, entretanto, que o sistema acusatório adotado em 1988, ao conceder ao Ministério Público a privatividade da ação penal pública, porém, como reconhecido por esta SUPREMA CORTE, não a estendeu às investigações penais, mantendo, em regra, a presidência dos inquéritos policiais junto aos delegados de Polícia Judiciária; autorizando, ainda e excepcionalmente, outras hipóteses de investigações pré-processuais previstas na legislação (ADPF 572, PLENÁRIO, Rel. Min. EDSON FACHIN, j. 17/06/2020).

Inconfundível, portanto, a titularidade da ação penal com os mecanismos investigatórios, pois o hibridismo de nosso sistema persecutório permanece no ordenamento jurídico constitucional, garantindo a possibilidade da Polícia Judiciária, com autorização judicial, quando presente a cláusula de reserva jurisdicional, se utilizar de todos os meios de obtenção de provas necessários para a comprovação de materialidade e autoria dos delitos, inclusive a colaboração premiada, como decidiu recentemente o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADI 5508, PLENÁRIO, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, decisão: 13/12/2017).

Verifica-se, assim, que à luz do sistema jurídico-normativo brasileiro, não se confunde a fase pré-processual (investigativa) com a titularidade da ação penal pública, cuja promoção, nos termos constitucionais, é privativa do Ministério Público, que, como *dominus litis*, deve formar sua *opinio delicti* a partir das provas obtidas na investigação (Inq 4.045 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 19/6/2017; HC 93.921 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1/2/2017; RHC 120.379 ED, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 16/9/2016); não impedindo, entretanto, sob o argumento da titularidade da ação penal pública, a realização de investigações que não sejam requisitadas pelo Ministério Público (STF, SEGUNDA TURMA, Inquérito 4696, Rel.

INQ 4828 / DF

Min. GILMAR MENDES, j. 4/08/2018).

No presente inquérito, durante as investigações realizadas pela Polícia Federal, surgiram fortes indícios e inúmeras provas sobre outras condutas, em tese, criminosas, anteriormente não conhecidas pela autoridade policial ou pela Procuradoria-Geral da República, conforme detalhado nas hipóteses apresentadas pela autoridade policial e narradas no relatório (Eventos identificados pela Polícia Federal n.ºs 01/02/03/04/05).

Em sua promoção de arquivamento, a própria Procuradoria-Geral da República entendeu necessário o aprofundamento das diligências em relação aos novos fatos surgidos durante a investigação realizada pela Polícia Federal, conforme se manifestou:

(iii) sejam encaminhadas, com a documentação pertinente, para a Justiça Federal as proposições de n. 1 e de n.2 e para a Justiça Estadual as proposições de n.3, n.4, n.5 e n.6, todas constantes do campo eventos identificados do relatório da autoridade policial;

(iv) seja a Receita Federal do Brasil instada a apurar eventual omissão de declaração das receitas descritas nos relatórios de monetização de folhas 57 a 123 do RE 2020.0070028;

Com razão a Procuradoria-Geral da República sobre a necessidade de aprofundamento das investigações, conforme requerido.

Ocorre, entretanto, que, em inúmeras condutas narradas no relatório da Polícia Federal (eventos identificados n.ºs 01/02/03/04/05) e que necessitam de maiores investigações, aparecem citações ou efetivas participações de parlamentares federais, que, nos termos do artigo 102, inciso I, "b" da Constituição Federal tem prerrogativa de foro no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Nessas hipóteses, conforme entendimento pacífico dessa CORTE SUPREMA, compete ao próprio STF definir os termos de eventual

INQ 4828 / DF

desmembramento da investigação e a eventual remessa às demais instâncias judiciais. Nesse sentido: AP 871-QO, Segunda Turma, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 10/6/2014; AP 640, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 5/6/2014; AP 674 AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 04/04/2013; AP 493 AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 02/10/2008; Inq 2601- QO Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 20/10/2011; Inq 2578 Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 06/08/2009.

A análise dos fortes indícios e significativas provas apresentadas pela investigação realizada pela Polícia Federal aponta a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhantes àqueles identificados no Inquérito 4781, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito.

Observam-se, do material apreendido e analisado de forma inicial no Inquérito 4828, elementos indiciários a demonstrar uma possível organização, que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições democráticas, principalmente aquelas que possam contrapor-se de forma constitucionalmente prevista a atos ilegais ou inconstitucionais, como o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e o próprio Congresso Nacional, utiliza-se de uma rede virtual de apoiadores que atuam, de forma sistemática, para criar ou compartilhar mensagens que tem por mote final a derrubada da estrutura democrática do Brasil.

Essa organização defende a necessidade de exclusão dos Poderes Legislativo e Judiciário na tríade do sistema de freios e contrapesos da Constituição Federal, ora atacando seus integrantes, especialmente, no caso do Congresso Nacional, dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, ora pregando a própria desnecessidade de tais instituições estruturais da Democracia brasileira.

Ou seja, pregam de maneira direta o afastamento da Democracia representativa, com o retorno do Estado de Exceção, a partir do

fechamento do órgão de reunião de todos os representantes eleitos pelo voto popular para o Poder Legislativo, e a exclusão do órgão constitucionalmente incumbido da defesa da Constituição Federal, induzindo e instigando a extinção total ou parcial do Supremo Tribunal Federal, como representação máxima do Poder Judiciário.

Esta estrutura de divulgação de ataques organizados, que foi observada no Inquérito 4.781, instaurado para apurar ameaças e ataques à pessoa e a honra dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus familiares, por meio de notícias falsas, *fake news*, repete-se também neste Inquérito 4.828, instaurado para apurar a situação específica da convocação e organização de manifestações antidemocráticas ocorridas em 19 de abril de 2020, em que se viu o funcionamento estruturado de ataques às instituições que possam, de qualquer maneira, exercer o sistema de freios e contrapesos previsto na Constituição Federal.

As investigações da Polícia Federal apontaram fortes indícios da existência de uma organização criminosa voltada a promover diversas condutas para desestabilizar e, por que não, destruir os Poderes Legislativo e Judiciário a partir de uma insana lógica de prevalência absoluta de um único poder nas decisões do Estado, sem qualquer possibilidade de controle ou fiscalização, nos moldes constitucionais.; pregando-se, portanto, a imposição de uma ditadura, em desrespeito total à ordem constitucional vigente, que consagra a Democracia e o Estado de Direito.

Essa organização criminosa aparenta seguir a mesma estrutura inicialmente identificada no Inquérito 4.781, com núcleos de (a) produção do material, (b) publicitário ou de divulgação, (c) político e (d) financeiro.

A investigação realizada pela Polícia Federal apurou – sem prejuízo da existência de outras estruturas similares, que necessitam de uma análise mais aprofundada – a atuação do blogueiro ALLAN LOPES DOS SANTOS, por meio de CANAL TERÇA LIVRE, mantido pela empresa Terça Livre Produções Ltda, como ponto de referência para a construção do discurso acima indicado e da materialização de suas pretensões, seja

por meio de ataques diretos a instituições e autoridades, seja por uma efetiva estrutura empresarial extremamente lucrativa, a partir da monetização de conteúdo divulgado pela rede mundial de computadores. A partir da apuração da atuação de grupos de pessoas que realizam condutas com o fim de desestabilizar as instituições democráticas, por meio de ataques a agentes políticos específicos e à disseminação de discurso de ódio, com nítidas mensagens contrárias à Democracia e ao Estado de Direito, apurou-se fortes indícios e provas específicas em relação à pessoa de ALLAN DOS SANTOS, apresentador e sócio do canal digital “Terça Livre”, sem prejuízo da atuação satélite de seus sócios aparentes e ocultos, além de agentes políticos e servidores aderentes às suas ações.

A investigação policial apontou a construção, por ALLAN DOS SANTOS, de amplo material divulgado com ataques aos Poderes de Estado e instituições democráticas, seja por meio de ofensas diretas a agentes políticos que não sejam alinhados à sua ideologia e discurso ou que tenham em algum momento divergido do posicionamento político, seja por meio de ataques pessoais a parlamentares ou magistrados da SUPREMA CORTE, pregando as suas destituições; além de mensagens pregando intervenção militar.

De acordo com os depoimentos, ALLAN DOS SANTOS, muito a partir da participação ativa da campanha eleitoral de 2018 (fl. 24 do relatório parcial da Polícia Federal), passou a organizar reuniões em sua residência com agentes políticos, incluindo vários Deputados Federais, servidores públicos, especialmente comissionados que participaram ativamente da última campanha eleitoral para a Presidência da República.

Além disso, coordenou diversas pessoas com aparente potencial para a propagação de suas ideias contra a Constituição Federal, a Democracia e ao Estado de Direito, em grupos fechados do aplicativo Whattsapp, especialmente aqueles denominados “GENGIS HOUSE” e/ou “QG ESTADO MAIOR”.

Em seu depoimento, TÉRCIO ARNAUD, assessor especial da

Presidência da República e indicado como membro do chamado “Gabinete do Ódio”, confirmou que foi ALLAN DOS SANTOS que o incluiu no grupo “GENGIS HOUSE”, indicando que a intenção de Allan era a reunião de “*peças de dentro do governo*”, participando deste grupo os Deputados Federais Paulo Eduardo Martins (fl. 26 do relatório), Daniel Silveira (fl. 21 do relatório), o que é em parte confirmado por estes (fls. 27 e 30 do relatório). O fato de Allan ter incluído Tércio em referido grupo indica administração ou ascendência sobre sua formação, funcionamento e conteúdo. E, embora o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro tenha afirmado que não se recordava se integrou tal grupo, confirmou também que as reuniões ocorreram, ao menos em 2019, na residência de ALLAN, por conta de ser muito ativo na militância e ter disponibilizado o local (fl. 34 do relatório). Observa-se, também, recorrente confirmação da participação de diversos Deputados Federais, dentre outros, a Deputada Federal Bia Kicis Torrents de Sordi (fl. 48 do relatório da Polícia Federal).

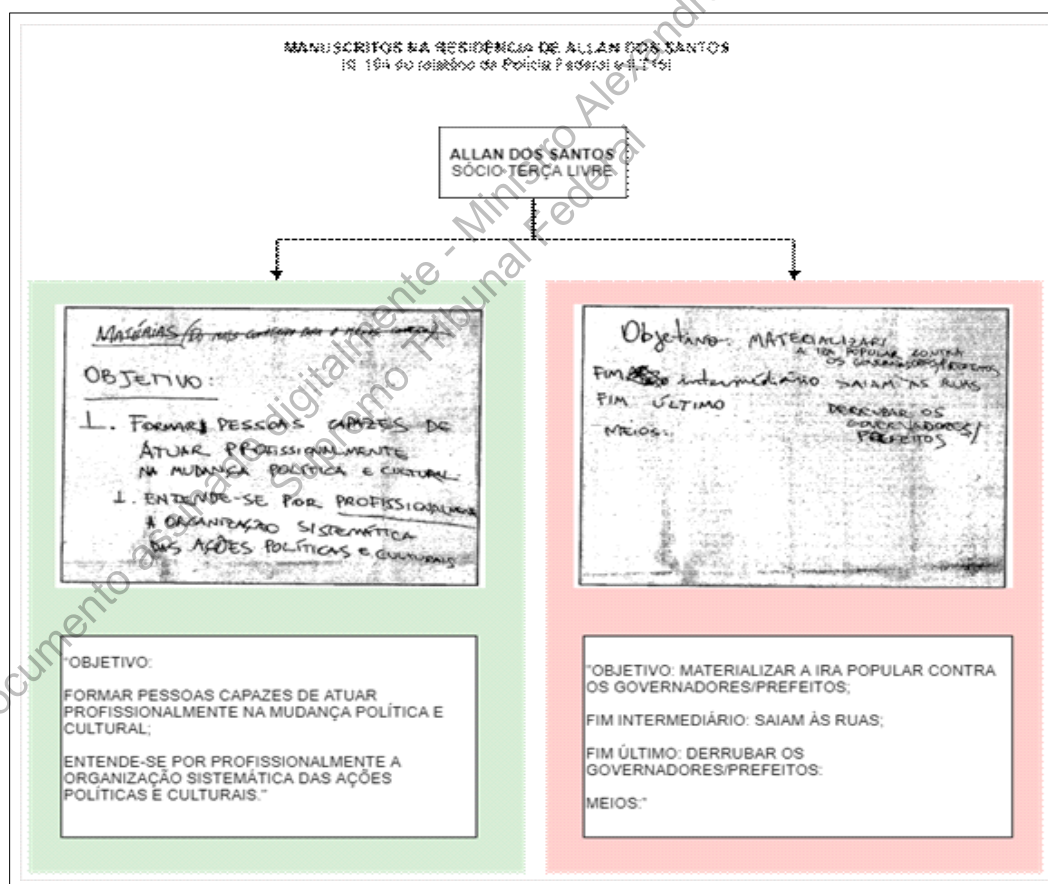
Além da organização desses eventos visando ataques às instituições democráticas, houve nítida aproximação de ALLAN em relação à pessoas detentoras de cargos públicos, na tentativa de nomeação de pessoa de sua confiança para cargo na SECOM como forma de facilitar a criação de uma rede de comunicação de extrema direita (Relatório de Análise 16/2020; fl. 102 do relatório da Polícia Federal), demonstrando, em tese, o início da existência de suposta parceria “público-privada” visando rompimento institucional, além de obtenção de benefícios ilícitos do Governo Federal.

O Deputado Federal Paulo Eduardo Lima Martins, quando de sua oitiva, chegou a afirmar que ALLAN é influente no público que apoia o Presidente e, por conhecer as pessoas do governo, é capaz de propor política de interesse de seu grupo de apoio (fl. 27 do relatório da Polícia Federal).

Além de tais depoimentos, foram apreendidos documentos na residência de Allan dos Santos a indicar a defesa de uma ideologia autoritária e o desrespeito direto à Constituição Federal e às Instituições. Os manuscritos mantidos por ALLAN tem o seguinte conteúdo:

OBJETIVO: formar pessoas capazes de atuar profissionalmente na mudança política e cultural; entende-se por profissionalismo a organização sistemática das ações políticas e culturais

OBJETIVO: materializar a ira popular contra os governadores/prefeitos; Fim intermediário: saiam às ruas; Fim último: derrubar os governadores/prefeitos: meios." (fl. 104 do relatório da Polícia Federal).



Também se vê, das mensagens trocadas entre Allan dos Santos e diversos interlocutores, **atuação ativa no sentido de organizar e realizar ataques a determinadas autoridades públicas que sejam contrárias ao posicionamento político de seu grupo.**

Em 17.04.2020, o Deputado Eduardo Bolsonaro e Allan dos Santos conversam sobre a “#ForaMaia”, afirmando o Deputado: “a “Hashtag #ForaMaia” passa de 1 milhão. Em breve dirão que são robôs, quer apostar?” Allan, em resposta, afirma que “Ficamos mais de duas horas ao vivo falando para a galera publicar a hashtag”. (fl. 104 do relatório da Polícia Federal) Tais elementos indicam **motivação política em atacar determinado deputado federal, Presidente da Câmara dos Deputados, com a construção artificial de compartilhamentos, instigados pela transmissão no Canal Terça Livre.**



Figura 58 - Hashtag #ForaMaia - ALLAN afirma: "Ficamos mais de duas horas ao vivo falando para a galera publicar a hashtag"



Figura 59 - Print da transmissão realizada dia 17/04/2020 com ALLAN mencionando e apontando para a Hashtag #ForaMaia no canto superior esquerdo

Aos 5:20 da mesma transmissão ITALO, sócio e fundador do CANAL TERÇA LIVRE, afirma:



ITALO: "...Porque aí nesse ponto a gente conseguiu fazer um trabalho de satanizá-lo, né? Um trabalho bom, né? Então hoje em dia o Maia é um cara que tem um poder burocrático..."

Figura 60 - ITALO falando em transmissão ao vivo sobre MAIA – Print extraído do YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=c3SUENgIXKU&t=37s>

Na mesma data, Allan contatou o Deputado Federal Carlos Jordy para participar ao vivo da transmissão pelo Youtube, afirmando que a pauta do programa seria “bater no Maia”. Posteriormente, o Deputado Federal Carlos Jordy remete um tweet da conta “@TraidoresdoBR”, afirmando ter feito a conta falando do #ForaMaia. (fl. 104 do relatório da Polícia Federal.

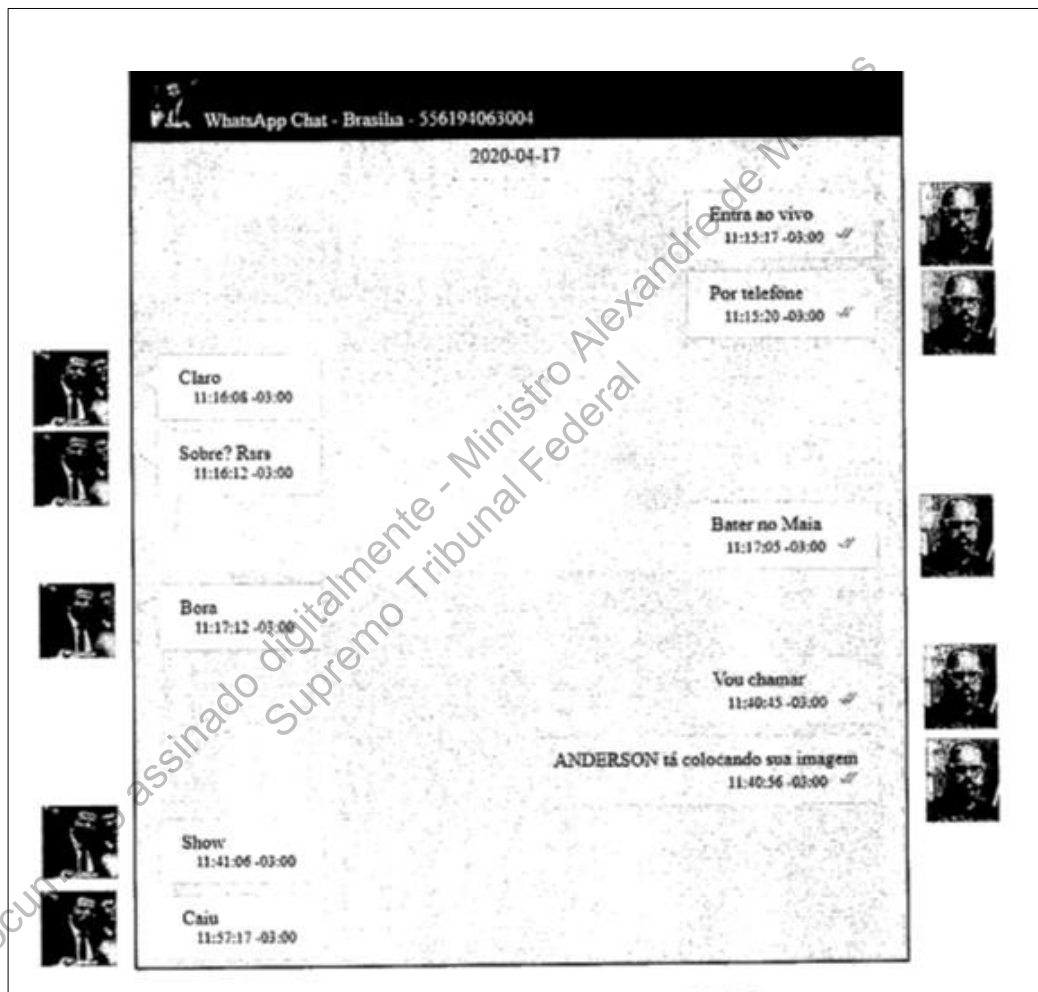


Figura 61 - Conversa entre ALLAN e JORDY

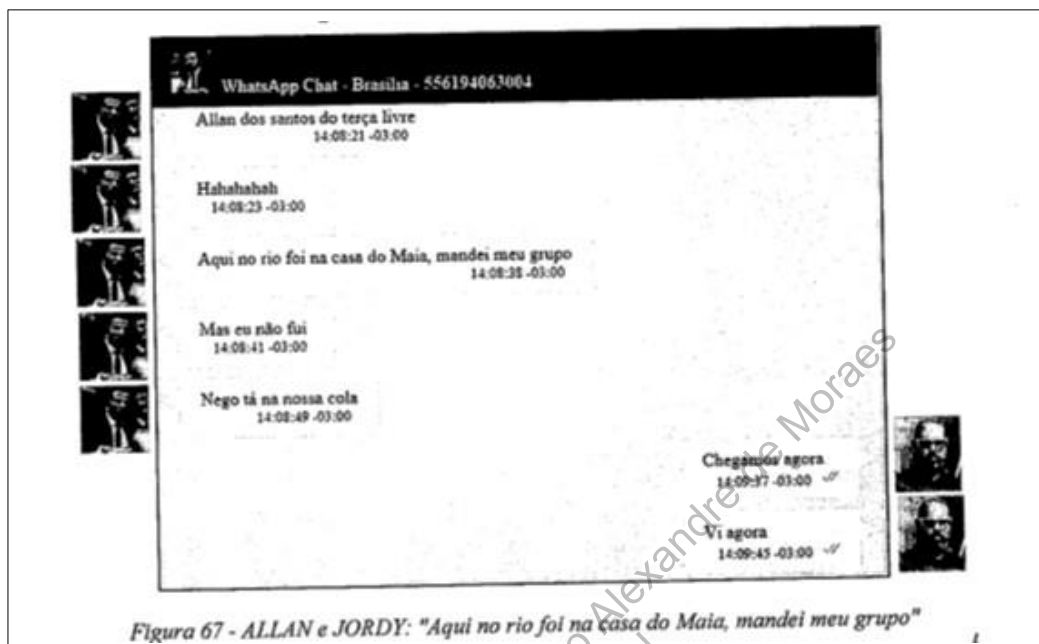
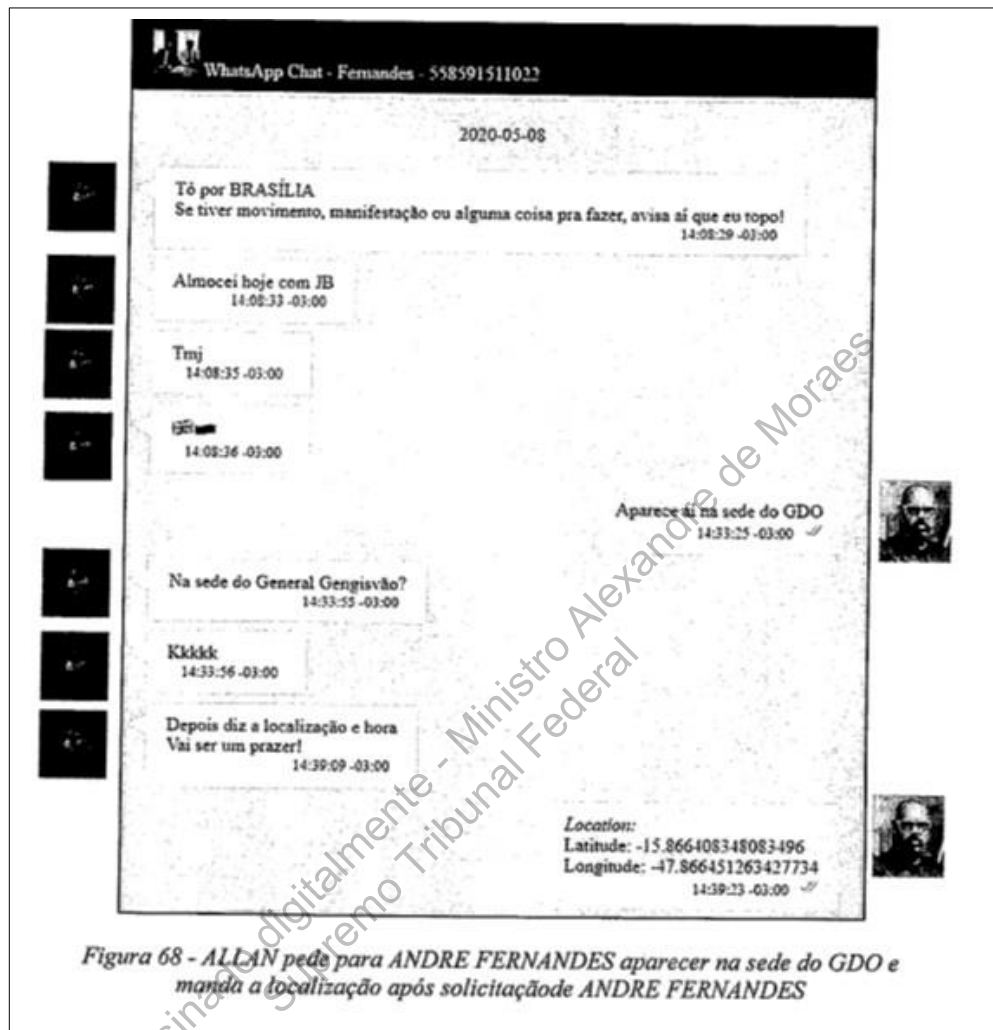


Figura 67 - ALLAN e JORDY: "Aqui no rio foi na casa do Maia, mandei meu grupo"

Em 26.04.2020, o Deputado Federal Carlos Jordy volta a falar com Allan dos Santos sobre as manifestações do mesmo dia, afirmando "Aqui no rio foi na casa do Maia, mandei meu grupo"; "mas eu não fui"; "Nego tá na nossa cola". (fls. 104).

Em outras palavras, o Deputado Federal CARLOS JORDY ao mesmo tempo, confessa a organização de manifestação para ameaçar, atacar e ofender o então Presidente da Câmara dos Deputados e sua plena ciência da ilicitude de seus atos ("mas eu não fui", "nego tá na nossa cola").



Em 08.05.2020, André Fernandes envia uma mensagem para ALLAN, afirmando que está em Brasília e se houver movimento, manifestação ou alguma outra coisa para fazer, ele toparia, sendo instruído por Allan a ir para sua residência, denominada na mensagem como GDO. (fl. 104)

O grupo do aplicativo Whatsapp denominado "Hate Cabinet – NYC", inicialmente criado por Allan dos Santos com o nome "ENCONTRO NYC", este envia uma mensagem em 03.03.2020, afirmando: "Conto muito com vocês para a próxima aventura: tocar o terror no dia 15!"; "Depois disto precisarei muito do apoio de vocês para a minha mudança". (fl. 105 do relatório da Polícia Federal).

Como bem se sabe, no dia 15.03.2020 ocorreram manifestações no Brasil pregando o fechamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, intervenção militar, entre outros atos antidemocráticos, conforme amplamente divulgado pela imprensa. E, poucos meses depois, Allan dos Santos deixou o país, fato também divulgado pela mídia.

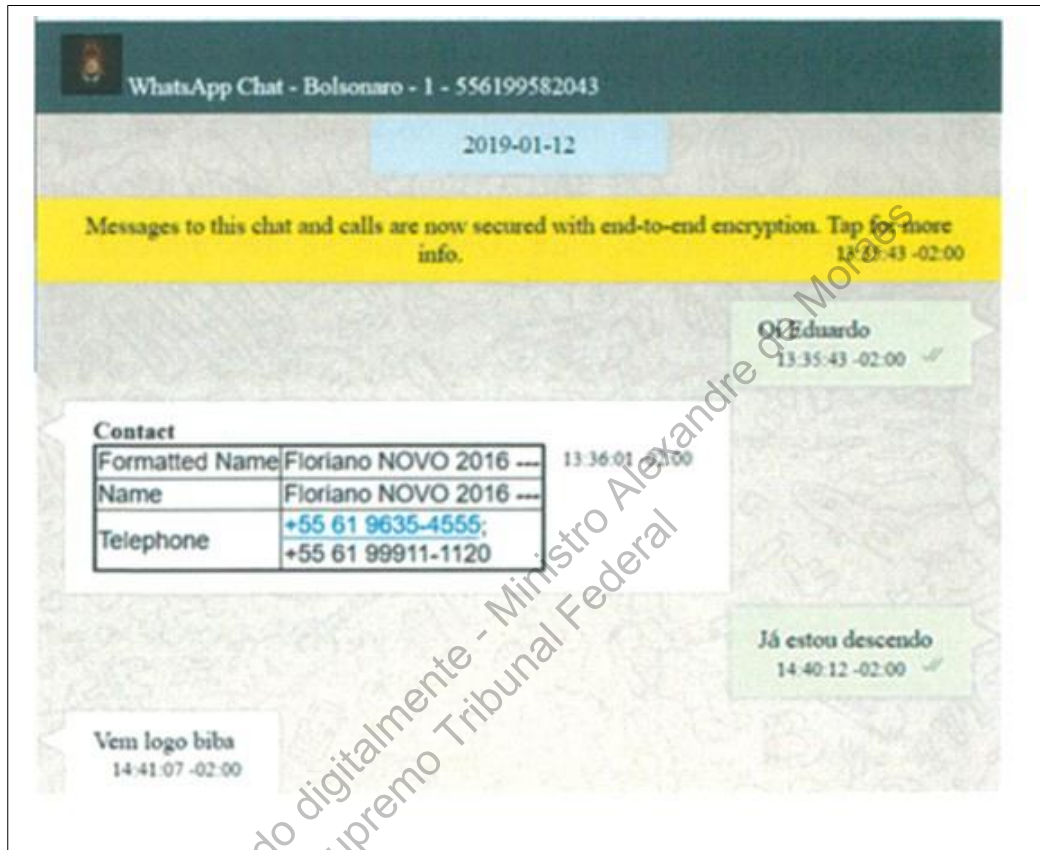
As investigações da Polícia Federal, portanto, trouxeram fortes indícios de que Allan dos Santos atua na condição de um dos organizadores dos diversos ataques à Constituição Federal, aos Poderes de Estado e à Democracia, principalmente, por meios digitais, pregando deliberadamente o fim de instituições democráticas como a democracia representativa (eis que busca a queda de prefeitos e governadores eleitos e o fechamento do Congresso Nacional) e a tripartição dos Poderes (eis que afirma a necessidade de fechamento do Supremo Tribunal Federal como forma de garantia de governabilidade pelo Presidente da República).

Esta atuação ativa, em conjunto com uma séria de parlamentares, atores do universo das redes sociais e outros defensores do rompimento institucional, constitui um dos objetos necessários de futura investigação, uma vez que não fizeram parte inicial do presente inquérito, nem tampouco foram objeto de pedido de arquivamento.

A estratégia adotada pelo grupo – composto, inclusive, por parlamentares – de atacar determinados agentes políticos, previamente escolhidos por conta de sua posição contrária ao ideário antidemocrático adotado pela organização é observada de forma similar na apuração do Inq. 4.781, na qual observou-se o ataque coordenado pelas redes sociais

INQ 4828 / DF

contra Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O prévio planejamento e a intenção específica de atacar determinadas pessoas fica evidenciado pelas conversas analisadas:





INQ 4828 / DF

Da mesma forma, foram observados no Inq. 4.828 ataques coordenados e sistemáticos contra, por exemplo, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, semelhantes ao *modus operandi* do Inq. 4.871, onde ataques organizados, todos ocorrendo no mesmo dia ou no dia seguinte, por uma série de perfis e páginas nas redes mundiais de computadores, sempre visavam ameaçar, agredir e a atacar Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e à PRÓPRIA CORTE.

Os laudos preliminares da Polícia Federal, produzidos nos autos do Inq. 4.871, identificaram o comportamento atípico dos ataques sistematizados, iniciando-se de forma concomitante e cessando a comando específico, indicando o uso das redes sociais não como meio de liberdade de expressão, mas sim como instrumento de agressão, de propagação de discurso de ódio e de ruptura ao Estado Democrático de Direito.

O possível envolvimento de agentes públicos, lotados em cargos de assessoramento de parlamentares e membros do Poder Executivo, especialmente no que diz respeito à propagação de tais ataques específicos a instituições e seus integrantes, também é observado a partir de fatos observados e semelhança no *modus operandi* nos Inquéritos 4.828 e 4.781.

A partir da posição privilegiada junto ao Presidente da República e ao seu grupo político, especialmente os Deputados Federais Bia Kicis, Paulo Eduardo Martins, Daniel Lúcio da Silveira, Carolina de Toni e Eduardo Bolsonaro, dentre outros, além e particularmente o Ten-Cel. Mauro Cesar Cid, ajudante de ordens do Presidente da República, a investigação realizada pela Polícia Federal apresentou importantes indícios de que Allan dos Santos **tentou influenciar e provocar um rompimento institucional, particularmente nos eventos ocorridos nos dias 20/04/2020, 26/04/2020 e 06/05/2020.**

Nestes dias, conforme se verifica do teor de mensagens enviadas por Allan dos Santos para Mauro Cesar Cid, houve reiterada insistência no sentido do rompimento institucional e a necessidade de intervenção das

forças armadas, afastando-se o país da via democrática. Afirmando a **“necessidade de intervenção militar”**, ou que **“não via solução pela via democrática”** e que, após citar decisões do Supremo Tribunal Federal, dizer que **“não dá mais”**, culmina com a mensagem final ao ajudante de ordens do Presidente da República de que **“as FFAA precisam entrar urgentemente”** (fl. 16 do relatório do Polícia Federal nos autos 4.828).

Some-se a isto o fato de Mauro Cesar Cid confirmar que fora avisado via Whatsapp de atuação da Polícia Federal na residência de Allan dos Santos, e que seu único ato pode ter sido de comunicar a ocorrência ao Presidente, o que é feito com qualquer notícia considerada relevante (fls. 174 – IPL 2020.0060052-SR/PF/DF). **Se a operação de busca e apreensão na residência de Allan dos Santos foi considerada notícia relevante pelo ajudante de ordens do Presidente da República, há indícios de existência de alguma relação subjetiva entre ambos, já que o fato, objetivamente, não demonstraria qualquer relevo para o Chefe do Poder Executivo da União.**

Nas comunicações com agentes políticos, obtidas a partir da apreensão de aparelhos de telefone, pode-se ver a tentativa de ALLAN DOS SANTOS, por meio de influência de Deputados Federais, fazer nomear a pessoa de *“Julia Zanatta”* na Secretaria de Radiodifusão da SECOM, facilitando a criação de emissora de TV. Segundo conversa obtida em aplicativo de mensagens entre Allan dos Santos e o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, teria afirmado que *“A Júlia PRECISA assumir a Secretaria de Radiodifusão”* e *“Ainda assim, precisamos da SECOM pra implementar uma ação que desenhamos aqui”*? (fls. 34 do Relatório de Material Apreendido – IPL 2020.0060052-DICOR/PF) A intenção de dominar determinado setor da SECOM, possivelmente para facilitar o atendimento de interesses exclusivos do grupo é confirmada pela mensagem entre Julia Zanatta e Alan dos Santos, afirmando que *“temos que tomar essa secretaria”*. (fls.692/693 – ipl 2020.0124709-SR/PF/DF).

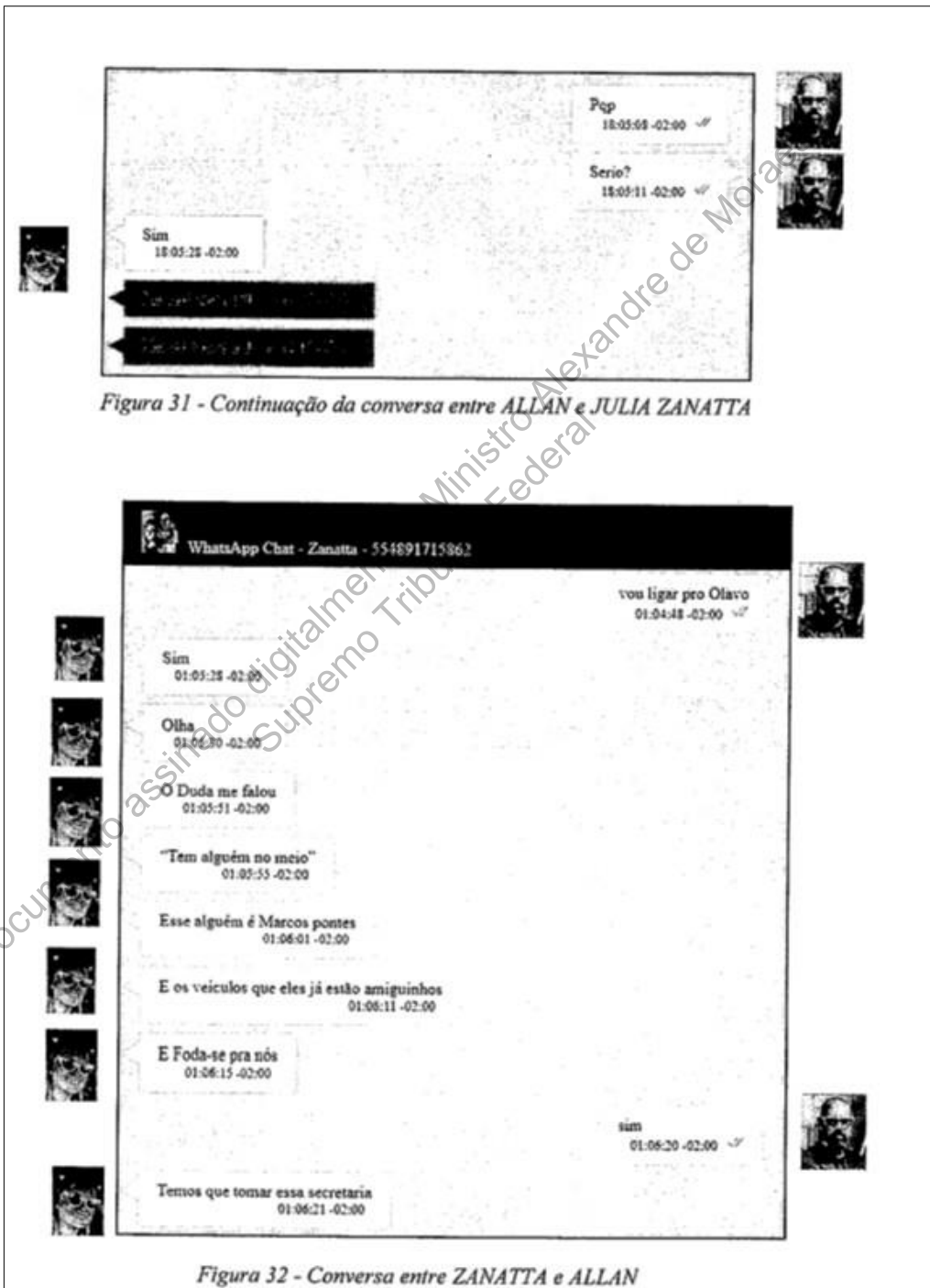


Figura 31 - Continuação da conversa entre ALLAN e JULIA ZANATTA

Figura 32 - Conversa entre ZANATTA e ALLAN

O aprofundamento das investigações até o momento realizadas pela Polícia Federal, inclusive com a identificação da interposta pessoa na SECOM para atender aos interesses de Allan dos Santos e seu grupo é ponto ainda a se esclarecer, especialmente em virtude da finalidade visada pelas condutas criminosas, qual seja, a agressão ao Estado Democrático de Direito.

Também se vê, nas anotações apreendidas na residência de Allan – o mesmo local onde se reunia com diversos parlamentares e agentes públicos – indicação de possível planejamento de obtenção de verbas públicas via SECOM, fato que precisa ser apurado, identificando-se se, eventualmente, houve direcionamento e uso de verbas públicas para o fomento dos ataques perpetrados por Allan dos Santos e seu grupo ideológico.

O documento emitido pela Consultoria Legislativa do Congresso Nacional, citado pela PGR nos autos 4.828, no âmbito da CMPI Fake News, datado de 23.04.2020, apurou a existência de anúncios do Governo Federal contratados por meio da plataforma Google Adwords que beneficiaram o canal TERÇA LIVRE. Assim manifesta-se o documento da Consultoria Legislativa:

“Em 11 de novembro de 2019, solicitamos à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), relatório de canais nos quais os anúncios do Governo Federal contratados por meio da plataforma Google Adwords foram exibidos, para o período de 01/01/2019 a 10/11/2019. (...)

Desse modo, para atendimento da decisão da CGU, a SECOM deveria fornecer, no mínimo, os dados referentes aos processos 00170.003066/2019-18 (pagamento em 01/10/2019) e 00170.003376/2019-32 (pagamento em 14/10/2019), cujos

anúncios por certo foram realizados no período compreendido no pedido de acesso a informações (1º de janeiro a 10 de novembro de 2019).

Em 17 de abril de 2020 – mais de cinco meses após a apresentação do pedido inicial – finalmente a SECOM apresentou documento por meio do qual, segundo o órgão, dava cumprimento à decisão proferida pela Controladoria- Geral da União. Deve-se ressaltar, contudo, que embora o pedido original solicitasse informações acerca dos anúncios veiculados por meio do programa Google AdSense para o período de 1º de janeiro de 2019 a 10 de novembro do mesmo ano, os dados ofertados pela SECOM abrangem período muito mais curto, que vai apenas de 06 de junho a 13 de julho de 2019. Contudo, ainda que abrangendo período relativamente curto, os dados fornecidos pela SECOM permitem um rico panorama acerca das impressões de peças publicitárias do governo federal em canais de internet por meio de programa Google AdSense. De acordo com o documento encaminhado pelo órgão, 65.533 canais de internet receberam anúncios do Governo Federal nessas datas. Esses canais são divididos em três categoriais: sites (4.018 canais); aplicativos para celular (13.704 canais) e canais do YouTube (47.811 canais). No total, foram realizadas, nesses canais e nesse período, mais de 47 milhões de impressões de anúncios do Governo Federal. (...)

Nesta análise, foi possível comprovar a existência de inserção de publicidade em sites de notícias falsas, incluindo diversos que já vêm sendo monitorados pela CPMI. Destaque-se, por exemplo, os sites Jornal 21 Brasil (84.248 impressões), Imprensa Viva (65.661 impressões), Gospel Prime (44.750), Diário do Brasil (36.551 impressões) e Jornal da Cidade Online (30.508 impressões).

Chama a atenção, também, o fato de o canal de YouTube Terça Livre TV (<http://youtube.com/channel/UC7qK1TCeLAr8qOeclO-s39g>), pertencente ao Sr. Allan dos Santos, integrar a lista de veículos que receberam publicidade oficial, com 1.447 impressões. Em

oitiva realizada pela CPMI das Fake News em 05 de novembro de 2019, o Sr. Allan dos Santos afirmou que seus veículos de comunicação, incluindo o canal de YouTube Terça Livre TV, “não recebem dinheiro da Secom”. Contudo, os dados disponibilizados pela Secretaria demonstram que o canal Terça Livre TV recebeu verbas de publicidade do Governo Federal, por meio de programa Google AdSense. Necessário, portanto, formular questionamento àquela secretaria para quantificar exatamente o montante do valor pago ao canal em todo o período de vigência do contrato com o Google AdSense, tendo em vista que tivemos acesso apenas aos dados parciais compreendidos entre 06 de junho e 13 de julho de 2019.”

Aparentemente, o objeto econômico do grupo é obter financiamento com verbas públicas para a propagação de ideias antidemocráticas e contra o regime democrático brasileiro e o Estado de Direito.

Dentre o material apreendido com ALLAN DOS SANTOS, encontram-se manuscritos, possivelmente feitas por conta de curso realizado nos EUA, em 12.01.2019, junto a Olavo de Carvalho, com os seguintes apontamentos:

“Perguntei: Professor, qual o limite para o TERÇA LIVRE receber aporte financeiro do Governo? Olavo: NENHUM.

“Conferir disponibilidade de orçamento (governo) – Eduardo Bolsonaro”.

“ver questão da Secretaria de rádio difusão – autarquias / Mudanças das normas (após reunião Allan e Floriano)”.

“Eduardo Bolsonaro: fazer contato para questão do visto das pessoas para os EUA: contato com Floriano”.

“sistema de informação: sistema de juristas; corpo de jornalistas para blindar o governo”.

“A prioridade do Presidente Bolsonaro não é resolver o ‘problema do Brasil’, mas eliminar os problemas DELE.”

“DEMANDAS DA SECOM: programação infantil; documentário (Brasil Paralelo; Programa de rádio; Programa de entrevistas)”.

Parte dos planos listados aparentemente chegou a se concretizar, dada as conversas de ALLAN DOS SANTOS com o Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO para fins de obtenção de visto de entrada nos EUA, não se sabendo a que título, além da tentativa de implicar determinados nomes na SECOM.

Fica evidente, assim, a intenção do grupo de Allan dos Santos de acessar os órgãos públicos aptos a permitir o acesso a verbas públicas, possivelmente direcionadas a produtoras e conteúdos relacionados ao Canal Terça Livre ou à linha ideológica de ataque às instituições democráticas.

Aparentemente, seria mais uma das formas de financiamento – agora com dinheiro público - o que demanda melhor apuração.

Ressalte-se que a questão de se apurar o financiamento demonstrou-se de vital importância nas investigações realizadas pela Polícia Federal, indicando, inclusive, a criação – pelos próprios investigados – de uma verdadeira “rede financeira” ao redor da produção e propagação do discurso de ódio, ataques aos Poderes de Estado e instituições e tentativa de rompimento da Democracia e do Estado de Direito, com movimentação atípica de valores.

A autoridade policial, durante as investigações, indicou que da análise do material apreendido em poder de ALLAN DOS SANTOS, há remessas de valores ao exterior por meio de interposição de pessoas (BBTV) para fins de recebimento da monetização obtida pelo canal TERÇA LIVRE. Segundo o relatório policial:

Identificou-se que ao menos uma parte do dinheiro retorna ao Brasil via PAYPAL, bem como por meio de alguns pagamentos de despesas de ALLAN e do sítio TERÇA LIVRE realizados pelo sócio JOÃO BERNARDO (empresário brasileiro residente nos EUA e vinculado ao canal).

Permanece a necessidade de aprofundamento, à fim de verificar se esses pagamentos são feitos com os valores da monetização pagas via empresa canadense e a motivação para a

interposição de pessoas físicas e jurídicas, bem como a correta identificação do fluxo de monetização. Registre-se que há menção a um processo de criação da empresa TERÇA LIVRE INTERNACIONAL, que seria sediada no exterior.

Com base nesses dados, há indicativo de que ALLAN teria faltado com a verdade no depoimento da CPMI sobre a composição da sociedade da empresa TERÇA LIVRE e recebimento de valores de monetização via GOOGLE.

Houve representação da PF ao juízo no dia 22 de julho, pedindo que se determinasse à empresa GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA o envio dos dados relacionados a pagamentos efetuados à BBTV, que seriam destinados ao sítio TERÇA LIVRE.

Em paralelo, há pedido de cooperação jurídica internacional formulado pela PF à Justiça canadense, a fim de obter os dados de monetização da empresa BBTV. Houve pedido de complementação por parte do governo canadense, com demanda para que o Brasil envie mais dados indicadores do envolvimento de ALLAN DOS SANTOS nos fatos indicados.

Nas apurações, verificou-se não só documentalmente, mas por meio de depoimentos (fls. 76/78 do relatório da Polícia Federal), que o Canal Terça Livre se utiliza da empresa BBTV, localizada no Canadá, como meio de recebimento de valores decorrentes de suas atividades em território nacional, possivelmente por pagamentos diretos remetidos em conta mantida no exterior, via Google Ads.

Bruno Ricardo Costa Ayres, sócio oculto do Canal Terça Livre, confirmou que a empresa BBTV atua na intermediação do relacionamento da empresa Terça Livre com o Google, embora não saiba como ocorre a efetivação da transferência dos valores do Youtube para a empresa Terça Livre, sendo a questão financeira administrada diretamente por Allan dos Santos.

Segundo os dados investigados, os valores recebidos pelo canal através de monetização realizada pela empresa Google, eram remetidos para a empresa BBTV, localizada no exterior, sem que houvesse indicação

de pagamento direito para o beneficiário, além de não se obter, via o próprio Google, informações precisas a respeito de tais pagamentos e seu direcionamento.

ALLAN DOS SANTOS declarou à CPMI das Fakenews que não recebe nenhuma monetização via Google, o que aparentemente não condiz com a verdade, diante da informação técnica produzida no âmbito da própria CPMI. Neste inquérito, declarou que sua renda de R\$ 12.000,00 ao mês decorre de sua participação como sócio no Canal Terça Livre TV, e que a renda do próprio canal decorre de monetização, doação (*superchat*) e pagamento de mensalidade por assinantes (fls. 32/33, fl. 11 do relatório da Polícia Federal).

A interposição de empresa ou pessoa estranha no recebimento de valores é conduta a ser apurada, eis que indica, em tese, possível lavagem de dinheiro ou sonegação às autoridades monetárias brasileiras de forma genérica.

No desenvolvimento das diligências, é necessária a continuidade das investigações para obtenção de maiores informações sobre tais remessas via empresa BBTv, principalmente à partir de cooperação internacional através de autoridades do Canadá.

Conforme resposta da empresa canadense, que gerencia os pagamentos para o Canal Terça Livre via Google Ads, e as informações contidas nos autos, há divergência entre os dados constantes do material apreendido e aquilo que afirmado pela BBTv. Daí a possibilidade de uma conta PayPal estar vinculada a e-mail diferente daquele utilizado oficialmente e associado a uma empresa ou pessoa física diversa dos apresentadores no ofício de requisição. Há, ainda, a possibilidade de uma conta PayPal fora do Brasil, indicando recebimento fora do país, informação corroborada com documento que indicam a abertura da empresa TLTV LLC em Delaware, Estados Unidos da América.

Segundo o relatório da Polícia Federal, parte destes valores retorna ao Brasil via Paypal, bem como por meio de pagamentos diretos de despesas do Canal Terça Livre e de Allan dos Santos por meio do sócio João Bernardo, sendo esta a pessoa que se tentou, pela intervenção da

INQ 4828 / DF

Deputada Federal BIA KICIS, impedir que fosse ouvida na CPMI das Fake News.

Essas questões, inclusive, conforme solicita a Polícia Federal, merece aprofundamento nas investigações, pois, a partir do relatório juntado aos autos, observa-se a indicação, pela autoridade policial, da possível atuação articulada de pessoas ligadas ao CANAL TERÇA LIVRE para impedir ou dificultar a atuação da CPMI das Fakenews, como suposta participação, em tese, de parlamentar federal.

Segundo o que se apurou, chamados "Conselheiros do TL" tentam convencer a Deputada Federal BIA KICIS a derrubar a convocação e oitiva de JOÃO BERNARDO BARBOSA (sócio e membro do conselho administrativo do Terça Livre) e possível pagador de despesas de ALLAN DOS SANTOS. Este atestou em seu depoimento à CPMI que JOÃO BERNARDO BARBOSA era apenas voluntário do TERÇA LIVRE, mas que, ao que consta, seria na verdade sócio oculto da empresa.

Documento assinado digitalmente - Ministro Alexandre de Moraes
Supremo Tribunal Federal

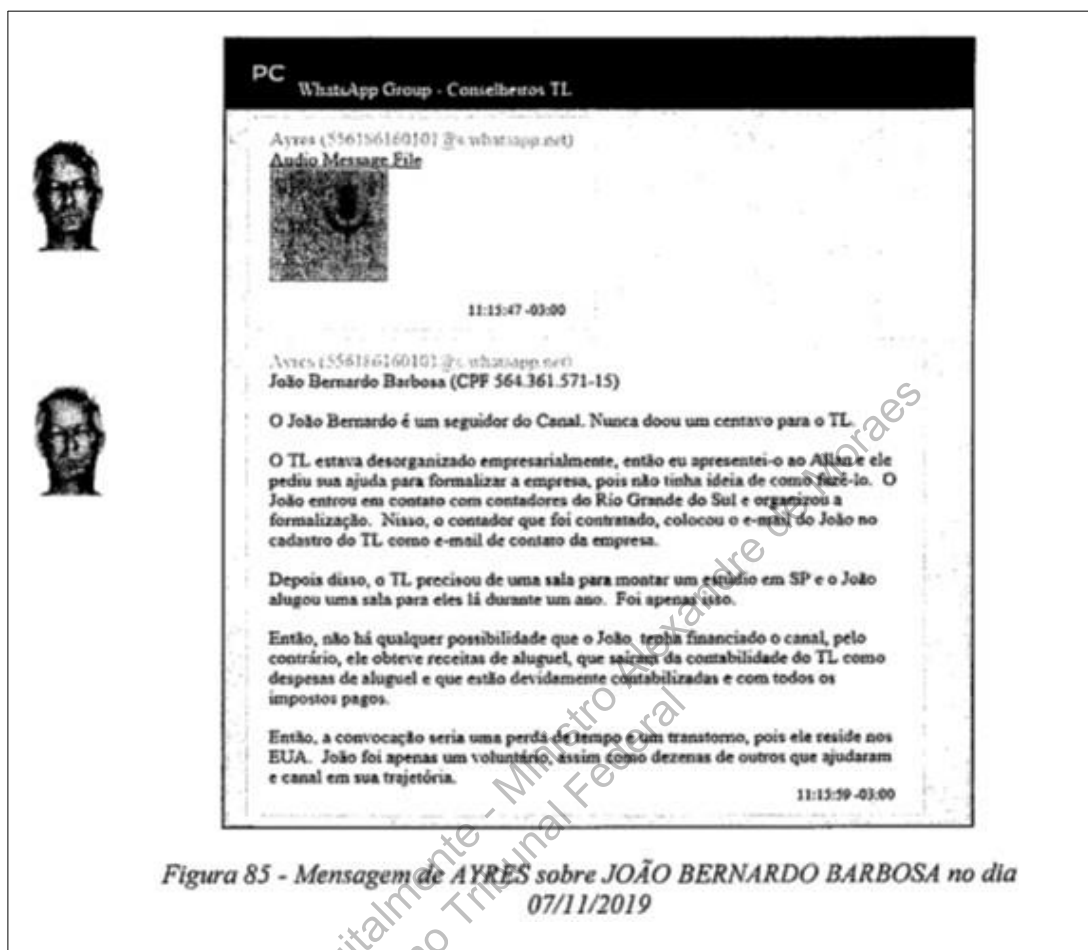


Figura 85 - Mensagem de AYRES sobre JOÃO BERNARDO BARBOSA no dia 07/11/2019

A proposição da Polícia Federal é pela instauração de inquérito específico para identificar os "objetivos, a motivação para retirada da convocação de João Bernardo e verificar a intenção dessa ação" (fls. 150 do relatório da Polícia Federal), baseada em indícios de que ALLAN DOS SANTOS e outras pessoas vinculadas ao CANAL TERÇA LIVRE tenham tentado obstruir os trabalhos da CPMI das Fakenews – com o suposto auxílio da deputada BIA KICIS – especialmente para evitar que a Comissão obtivesse informações a respeito da vinculação entre determinadas pessoas e a atividade do canal na produção e divulgação de notícias contrárias ao regime Democrático e ao Estado de Direito.

Segundo se apurou, por meio de apreensão de computadores com conversas do aplicativo Whatsapp, dentro de grupo restrito denominado "Conselheiros TL", integrantes do grupo entraram em contato com a Deputada Federal BIA KICIS, para derrubar a convocação e oitiva de JOÃO BERNARDO BARBOSA, sócio e membro de fato do conselho de administração do CANAL TERÇA LIVRE, além de, como dito, aparentemente pagar as contas pessoais de ALLAN DOS SANTOS.

Transcrição do áudio remetido possivelmente por BRUNO AYRES no grupo de Whatsapp "Conselheiros TL", em 07/11/2019 (fls. 738 – 2020.0124709-SR/PF/DF):

"Pessoal eu, especialmente ALLAN, eu conversei com a BIA, agora eu e o JOÃO, éhhhhh, e ela falou, expliquei toda a situação do JOÃO para ela e ela disse, que ela tem brigar por isso, que não é uma coisa simples, ela tem que conseguir os votos e via voto mesmo, éhhh para derrubar isso ai, via voto, via negociação, ela falou que vai falar com o líder do governo, éhhhh, éhhh, para negociar essa essa convocação dele, éhhh e pelo pelo fato dela ser inócua e tal, eu contei a história para ela e ela pediu para eu registrar essa história éhhh no WhatsApp, para que ela possa conversar lá com o pessoal e eu vou colar essa história agora para vocês, que eu mandei para a BIA, para ficar registrado, tá bom, então BIA vai trabalhar com isso ai éhhhhh, éhhh o ALLAN então vamos ficar encima disso, a BIA é muito colaborativa é super ponta firme, eu tenho certeza que ela vai fazer o que for possível, mas vamos fazer alguns follow ups, quando você encontrar com ela você pergunta, não deixa ela esquecer desse assunto não, ela vai ver isso já, a partir de hoje, lá com o líder do governo na câmara, se eu não me engano, para negociar essa retirada do JOÃO, aí éhhh para que, para que pelo fato dele, mesmo se ele, ou de um jeito, mesmo se ele seja convocado, que ele, por tá em Miami, que ele simplesmente não vá, o troço tá? Éhhhhh, enfim, vamos, vamos trabalhar nisso ai ALLAN, isso é importantíssimo cara, vamo, vamo sal salvaguardar ai essa posição, do JOÃO, valeu.

Em paralelo, ALLAN DOS SANTOS, em seu depoimento à CPMI, teria afirmado que JOÃO BERNARDO era apenas um voluntário do CANAL TERÇA LIVRE, quando na verdade era um de seus sócios e responsável, ao menos por algum tempo, pela administração financeira da empresa (RMA 003/2020 – IPL 2020.0060052-DICOR/PF)

Embora a Deputada Federal BIA KICIS negue ter recebido tal pedido de intervenção (fl. 49 do relatório da Polícia Federal), necessário apurar se, de fato, houve tal tentativa de intervenção na apuração da CPMI – em clara obstrução à esse importante instrumento parlamentar – e, caso positivo, apurar a motivação que levou ALLAN DOS SANTOS e demais envolvidos diretamente com o CANAL TERÇA LIVRE a tentar barrar o depoimento de um dos principais elementos na organização, no funcionamento e, aparentemente, na internacionalização do canal, bem como a afirmação aparentemente falsa de ALLAN à CPMI de que JOÃO BERNARDO era apenas um colaborador voluntário e não beneficiário direto das atividades do canal.

O pedido de intervenção da Deputada Federal BIA KICIS, e sua possível adesão ao pedido para tentar impedir o depoimento de JOÃO BERNARDO à CPMI, está demonstrado, de forma indiciária, no áudio obtido no grupo "Conselheiros TL" do Whatsapp, remetida por AYRES (provavelmente BRUNO AYRES), anteriormente transcrito.

Em seguida, BRUNO AYRES envia o texto que teria sido repassado para a Deputada Federal BIA KICIS, para que fosse trabalhado para reverter a convocação de JOÃO BERNARDO BARBOSA para depor na CPMI:

O João Bernardo é seguidor do Canal. Nunca doou um centavo para o TL.

O TL estava desorganizado empresarialmente, então eu apresentei-o ao Allan e ele pediu sua ajuda para formalizar a empresa, pois não tinha ideia de como fazê-lo. O João entrou em contato com contadores do Rio Grande do Sul e organizou a formalização. Nisso, o contador que foi contratado, colocou o e-

mail do João no cadastro do TL como e-mail de contato da empresa.

Depois disso, o TL precisou de uma sala para montar um estúdio em SP e o João alugou uma sala pra eles lá durante um ano. Foi apenas isso.

Então, não há possibilidade que o João tenha financiado o canal, pelo contrário, ele obteve receitas de aluguel, que saíram da contabilidade do TL como despesas de aluguel e que estão devidamente contabilizadas e com todos os impostos pagos.

Então, a convocação seria uma perda de tempo e um transtorno, pois ele reside nos EUA. João foi apenas um voluntário, assim como dezenas de outros que ajudaram e canal em sua trajetória.

Observa-se dos depoimentos, também, a indicação de que as despesas pessoais de Allan dos Santos eram pagas por ex-sócios formais, João Bernardo Barbosa, empresário radicado no exterior e vinculado, direta e indiretamente, às atividades do Canal Terça Livre (Relatório de análise 16/2020; fl. 102 do relatório da Polícia Federal), o que, a princípio, é incomum, já que eventual repasse de lucros ou “pro labore” haveriam de ser feitos pela pessoa jurídica, e não pela pessoa de um sócio oculto.

Há ainda indicação, nas conversas contidas no telefone apreendido de Sara Giromini, de que Bruno Ayres seria o financiador de Allan dos Santos, como na mensagem enviada por Sara Giromini para Oswaldo Eustáquio Filho, ambos investigados no presente inquérito, em 06/04/2020 (Fls. 186 – 2020.0124709-SR/PF/DF):

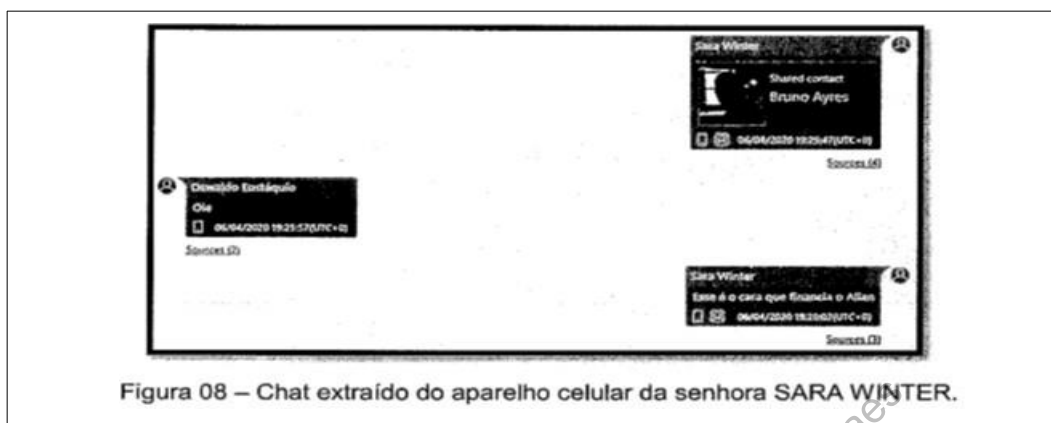


Figura 08 – Chat extraído do aparelho celular da senhora SARA WINTER.

A questão do financiamento da organização criminosa voltada à atacar o Estado Democrático de Direito foi investigado por diversos ângulos. A existência de suposta parceria ilícita “público-privada”, conforme apontado anteriormente, visando rompimento institucional, além de obtenção de benefícios ilícitos do Governo Federal também mereceu atenção da Polícia Federal no tocante à empresa INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA (propriedade de SÉRGIO LIMA).

Em relação ao suposto financiamento dessa organização criminosa destinada a produção e divulgação de notícias contra o regime democrático e o Estado de Direito, o relatório da Polícia Federal (fls. 151/152) aduz necessidade de maiores investigações, pois em uma análise bancária preliminar (período 19 de abril de 2019 a 03 de maio de 2020) da

conta da INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA (propriedade de SÉRGIO LIMA) identificou que a empresa basicamente recebeu os seguintes valores, **inclusive de parlamentares federais**:

- Transferência de contas associadas a LUÍS FELIPE BELMONTE, as quais repassaram para empresa INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA a soma de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e para a pessoa física de SERGIO FERREIRA DE LIMA a soma de R\$ 1.050.000,00 (um milhão de cinquenta reais). De acordo com SERGIO LIMA, tais valores estavam associados a prestação de serviço em redes sociais de BELMONTE e a um empréstimo;

- Foram identificados repasses dos parlamentares ALINE SLEUTJES, ELISER GIRÃO, JOSÉ NEGRÃO PEIXOTO, BIA KICIS que somam o valor de R\$ 30.300,00. De acordo com SÉRGIO tais valores estariam relacionados a prestação de serviços de desenvolvimento de redes sociais de tais parlamentares.

- Repasses de valores que somam R\$ 500.000,00 de uma confecção situada na rua 25 de março em São Paulo/SP, de propriedade de uma pessoa de origem estrangeira (chinesa).

Relevantes os seguintes trechos de depoimentos:

Depoimento de SÉRGIO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR

- proprietário da empresa INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (fl. 54 do relatório policial):

- possui relação de amizade e teve relação profissional com BIA KICIS;

- foi contratado pela Deputada BIA KICIS; Indagado sobre o objeto do contrato, respondeu QUE o contrato foi apenas de um mês, em março de 2020, com o objetivo de criar roteiro e publicação vídeos em redes sociais, para melhorar a qualidade dos vídeos publicados pela deputada em suas redes sociais; Indagado sobre o valor que recebeu pelos serviços prestados, respondeu QUE recebeu a quantia de R\$ 6.410,00 pelo serviço

prestado;

- sobre o motivo da rescisão contratual, respondeu QUE acredita que seja o mesmo motivo da rescisão do contrato com a deputada ALINE, pela repercussão dos referidos contratos na imprensa;

Depoimento de ALEXANDRE FROTA – Deputado Federal (IPL 2020.0060052, Vol. 2, fl. 307):

QUE foi verificado que o assessor da Deputada Federal BIA KICIS, EVANDRO DE ARAÚJO PAULA, foi um dos organizadores das manifestações, conforme divulgação de uma foto feita na rede social de EVANDRO na qual ele declara que 'estão discutindo assuntos no grupo', comentário provavelmente relacionado as manifestações; QUE EVANDRO ainda informa que está ajudando de forma administrativa o movimento do grupo dos 300 do BRASIL, como por exemplo por meio de conversas com liderança, grupos de whatsapp e preparação de caravanas; Indagado se tem conhecimento de utilização de recursos públicos na atividade ora discutida, isto é, na produção, publicação, divulgação, replicação desses conteúdos (qual recurso? E como emprega); respondeu QUE tem conhecimento por meio do Portal da transparência da Câmara dos Deputados que existem parlamentares relacionados ao grupo acima mencionados, como BIA KICIS, ALINE SLEUTJES, GENERAL GIRÃO que destinaram verba parlamentar de publicidade para empresa INCLUTECH, o qual repassou tais valores para o grupo dos 300 para serem investidos na infraestrutura do grupo.

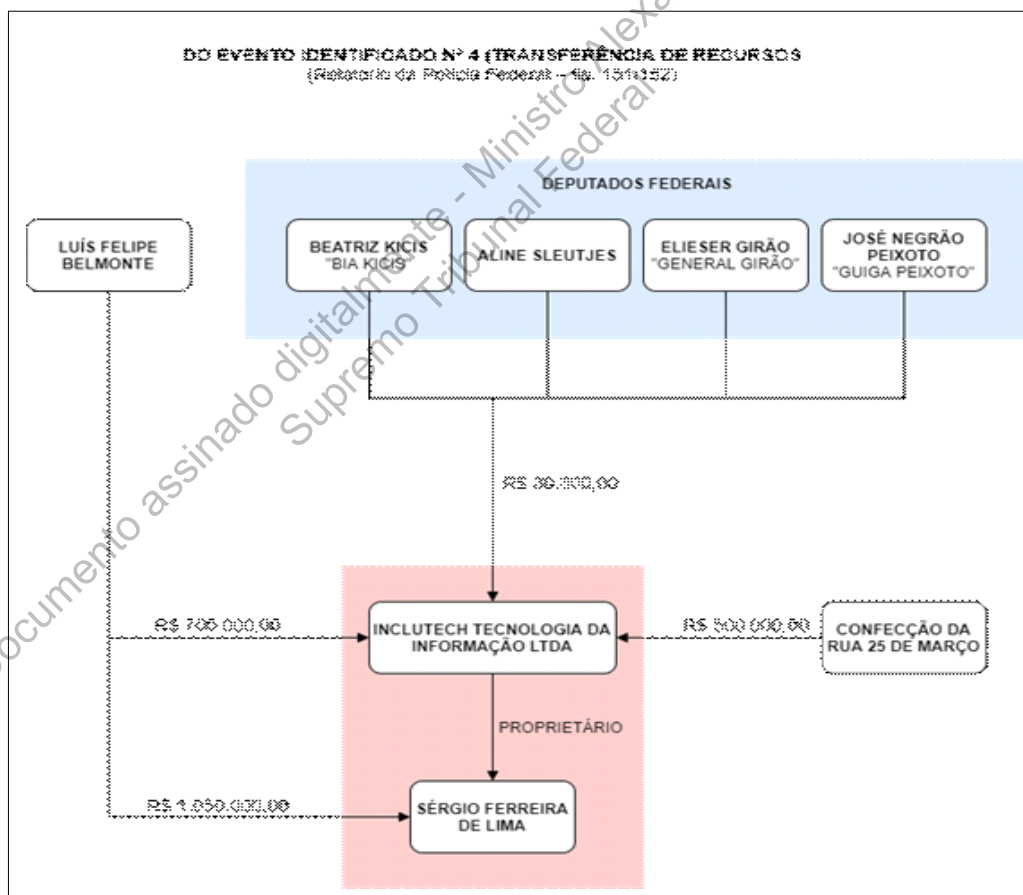
Depoimento de SÉRGIO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR - proprietário da empresa INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (fl. 53-54 do relatório policial):

- conviveu com ALINE na criação do partido ALIANÇA pelo Brasil; QUE ALINE também se tornou cliente do declarante na empresa INCLUTECH; QUE ALINE recebeu a indicação para contratação do declarante por indicação da

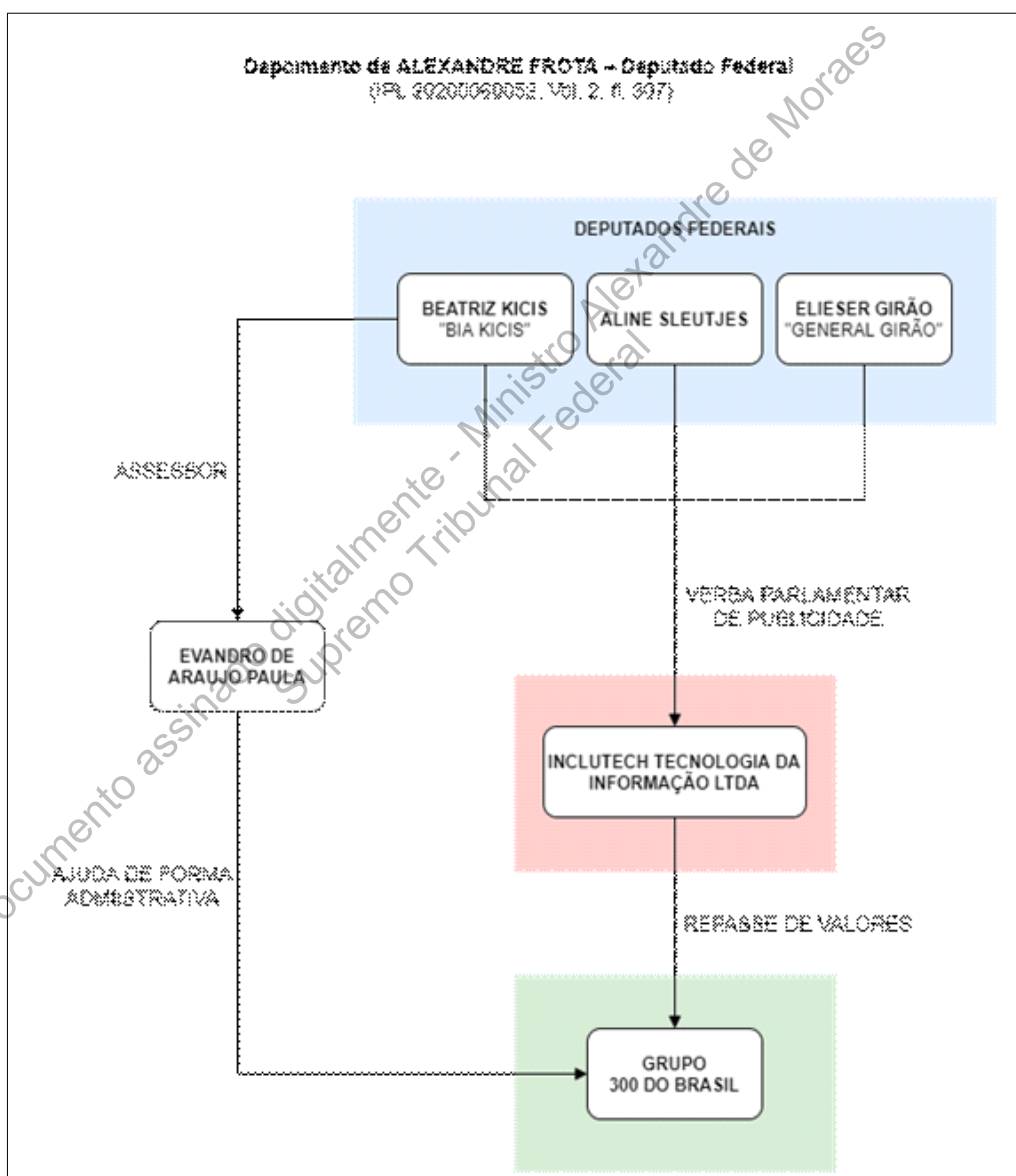
Deputada BIA KICIS; QUE prestou serviço para ALINE no período de março a abril de 2020; QUE o contrato teve como objeto o planejamento de redes sociais com sugestão de pautas e produção de cards além do posicionamento orgânico do site no ranking do Google; QUE também tinha o objetivo de monitoramento de redes sociais e relatórios;

- prestou serviço para ALINE de março a abril de 2020, valor de R\$ 10 .000,00 por mês;

- a rescisão se deu pela repercussão que o contrato firmado com a deputada teve na imprensa; QUE entende que a pressão política nas redes sociais decorrente das matérias publicadas na imprensa fez a Deputada ALINE rescindir o contrato;



Observou-se, em esquema gráfico, a seguinte situação indiciária relativa a um suposto esquema de financiamento dessa organização criminosa destinada a atacar o Estado Democrático de Direito:



Em relação à esse específico ponto, notem-se as seguintes informações constando referências aos nomes de parlamentares (Apenso IV, fls. 32, 34, 35, 37):

"Contratada com dinheiro público da Câmara dos Deputados – com a rubrica "divulgação parlamentar" –, a Inclutech Tecnologia de Informação, que tem como segundo sócio Walter Scigliano, era uma empresa de cosméticos até fevereiro, quando sua atividade econômica foi alterada, na Junta Comercial de São Paulo, de "comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, lojas de variedades" para prestar serviços publicitários".

"Os parlamentares bolsonaristas **Bia Kicis**, **General Girão** (PSL-RN), **Guiga Peixoto** (PSL-SP) e **Aline Sleutjes** (PSL-PR) foram seus primeiros e únicos clientes, segundo o publicitário. A numeração das notas fiscais apresentadas na prestação de contas da Câmara dos Deputados comprova: 03, 07, 11, 08, 12 e 09, respectivamente. Monitoramento das redes sociais e notícias e assessoria para redes sociais estão entre os serviços prestados, que custaram aos cofres públicos R\$ 30,3 mil no mês de março e pelo menos R\$ 13,9 mil no mês de abril"

"**Bia Kicis** é a dona da terceira nota fiscal emitida pela Inclutech, emitida no dia 20 de abril, com valor de R\$ 6,4 mil, "pela criação e elaboração de peças em vídeo para publicação na web". Na ocasião a empresa ainda estava em processo de alteração de registro, e a conta bancária que recebeu o depósito estava em nome de HH Cosméticos e Perfumes Ltda. conforme consta no documento"

"**Kicis** é a terceira congressista que mais disseminou notícias falsas sobre o novo coronavírus, atrás apenas dos

deputados Osmar Terra (MDB-RS) e **Eduardo Bolsonaro** (PSL-SP). A pesquisa inclui justamente o período no qual a Inclutech foi contratada: de 20 de fevereiro a 8 de abril de 2020.

A deputada publicou em suas redes sociais, por exemplo, insinuações sobre o fato de as mortes por coronavírus estarem sendo infladas e criticou o que ela chama de "histeria e pirotecnia feita pela mídia e por alguns governadores" a respeito da pandemia"

"**General Girão e Aline Sleutjes**, assim como **Bia Kicis** e Guiga Peixoto, usaram suas redes sociais para criticar medidas de isolamento adotadas por governadores e prefeitos a fim de evitar a propagação do coronavírus e defender a reabertura do comércio. O discurso foi adotado pelo dono da Inclutech e marqueteiro do Aliança pelo Brasil, Sérgio Lima. "O combate à pandemia matará mais do que o coronavírus", escreveu em seu Facebook no dia 25 de março"

"Seis marchas montadas no Eixo Monumental em Brasília. O povo está em peso nas ruas", comemorou a deputada **Aline Sleutjes** em carreata pró-governo no dia 26 de abril. A parlamentar, que é da bancada ruralista, também participou das manifestações no último domingo e, do seu carro, registrou o ato nas redes sociais. **Aline** foi a nona cliente da Inclutech, com um contrato de R\$ 10 mil, o mais alto entre os deputados, pelos serviços de "gestão do plano de mídia; monitoramento de redes sociais e notícias; recomendações estratégicas para produção de conteúdo; definição das métricas do site e redes sociais"

A investigação da Polícia Federal apontou:

Com relação à necessidade de aprofundamento das investigações referentes ao repasse de valores descritos no Evento n. 04, da tabela de fls. 149/153, do Relatório da PF, considerando as informações constantes do relatório policial apresentado, em que se observa intensa movimentação

financeira em relação a algumas pessoas, a exemplo dos empresários do ramo de publicidade **Sérgio Ferreira de Lima Junior** e **Walter Luiz Bifulco Scigliano**, poderá a autoridade policial apurar se os valores mencionados em suas oitivas (fls. 53/57 e 61/65, do Relatório da PF) foram objeto de declaração de imposto de renda e recolhimento do tributo devido.

Quanto aos políticos que, de acordo com as declarações colhidas nos autos, teriam contratado tais empresas para campanha eleitoral ou gestão de redes sociais (Deputada Federal **Aline Sleutjes**, Deputada Federal **Bia Kicis**, Deputado Federal **General Girão**, Deputado Federal **Guiga Peixoto**), poderá a autoridade policial apurar também se foi identificada publicação com alguma pertinência temática com o objeto deste inquérito.

No que se refere aos depósitos efetuados na conta da Deputada Federal **Aline Sleutjes**, por funcionários de seu gabinete, fatos inferidos das declarações prestadas pela parlamentar (fls. 23/25, do Relatório da PF), ainda pendem os devidos esclarecimentos.

No tocante à ampliação de seu “núcleo de divulgação”, constam indícios nos documentos apreendidos e depoimentos de que a organização criminosa pretendeu a criação de canal de televisão ou assemelhado no exterior, por parte de Allan dos Santos e seu grupo, possivelmente destinatário de todo ou parte dos valores remetidos via empresa BBTV ou por outro meio, o que merece melhor apuração, especialmente pela possibilidade de parte constituir-se de verba de natureza pública ou originada de atos ilícitos.

Neste ponto, chama a atenção a criação da empresa TLTV LCC, no Estado de Delaware, Estados Unidos da América, em 29 de outubro de 2019, conforme pesquisa em registros públicos disponíveis na internet, o que poderia indicar a criação de tal empresa destinatária dos valores recebidos pelo Canal Terça Livre através da conexão Google Ads e BBTV. Eventual confirmação de que tal empresa pertence ao mesmo grupo de Allan dos Santos, direta ou indiretamente, deve ser apurado e, em caso

positivo, verificar-se o direcionamento de valores decorrentes da monetização no Brasil e sua utilização para a produção e divulgação de atos presenciais e/ou digitais contra a Democracia e o Estado de Direito.

Observa-se, de fato, a interligação subjetiva entre todos os envolvidos, pois Bruno Ricardo Costa Ayres é sócio-diretor da V2V (Ayr Ayres Serviços de Informação) e, embora detenha apenas 0,005% do capital social, detêm 55,29% do capital social da Purple Networks LCC, que controla 99,92% do capital social da V2V. Por outro lado, a Purple Networks tem por procurador João Bernardo Barbosa, além de ter em sua participação social a JBB PAR Holding LCC, com 8% do capital social (aparentemente também de João Bernardo Barbosa, por conta de seus endereços nos EUA serem os mesmos).

A V2V é apontada, nos documentos apreendidos com Allan dos Santos, como um parceiro chave e fonte de receita para o Canal Terça Livre (Relatório de análise 16/2020; fl. 102 do relatório da Polícia Federal).

Ao mesmo tempo, no âmbito do Inq. 4.781, apurou-se inicialmente movimentação financeira relevante do Canal Terça Livre, sempre com uso de meios de pagamento e sem a precisão identificação das fontes.

Segundo relatório policial (fls. 564/577 dos autos do Inq. 4.781), o CANAL TERÇA LIVRE PRODUÇÕES VÍDEOS CURSOS LTDA recebeu créditos de R\$ 253.316,50 no ano de 2018. No ano de 2019, ano em que se instalou e intensificou a atuação que se busca ora investigar, recebeu o valor de R\$ 1.283.867,82, numa elevação brutal de recebimentos por meios de pagamentos diversos do sistema financeiro nacional, anotando-se elevação de 2.975% pelo sistema Pagar.me, de 500% pelo sistema Apoia Serviços P I N Ltda, e de 79% por meio do sistema Lauch Pad.

Este incremento brutal de faturamento através do uso de meios de pagamento também se observou, no âmbito do Inq. 4.871, em relação à empresa JP TOLENTINO FILHO – ME, responsável pela publicação da página Jornal a Cidade Online). Embora a análise inicial do citado inquérito se vincule à divulgação de notícias falsas contra membros da SUPREMA CORTE, observa-se a necessidade de apuração do elevado faturamento obtido por tal empresa, inclusive se houve publicidade paga

pela SECOM, por meio do Google Adsense ou outro meio, e por recebimentos diversos sem origem identificada, como mecanismo de financiamento da organização criminosa destinada a atacar o Estado Democrático de Direito.

Da mesma forma que ocorrido com o CANAL TERÇA LIVRE, observa-se que o JORNAL A CIDADE ONLINE teve elevação significativa de seus ganhos através de meios de pagamentos feitos aparentemente por operações de câmbio junto ao Banco Rendimento, indicando recebimento de valores do exterior e possíveis recebimentos por meio de publicidade da SECOM. Observa-se uma elevação do recebimento de créditos entre 2018 e 2019 da ordem de mais de 50%, saltando de R\$ 346.622,24 para 1.004.391,90 em 2019, seguindo o mesmo movimento observado em relação ao CANAL TERÇA LIVRE.

Em relação a tal JORNAL A CIDADE ONLINE, observou-se o recebimento de 14 operações de câmbio pelo Banco Rendimento entre 23.07.2018 e 22.07.2019 (uma operação por mês), no valor bruto de R\$ 875.574,31 (US\$ 299.783,40), referente a pagamentos feitos pela Google LLC ACOOUNTS RECEIVABLE (serviços de publicidade). Observou-se um aumento expressivo de valores recebidos do Google LLC, por conta de publicidade, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, que continuou nos meses iniciais de 2019, período posterior às eleições e imediatamente anterior ao início dos ataques por meio de *fake news*, objeto do Inq. 4.871.

No mesmo período, também se observa o pagamento de valores recebidos do exterior por meio da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 13 operações de câmbio, num valor bruto de R\$ 413.532,78 (US\$ 110.911,54), relativas a ordens de pagamento do exterior, provenientes do pagador Facebook Inc., tendo por motivo "*publicidade, pesquisas de mercado e de opinião e participação em feiras e exposições*", o que se alinha à hipótese de eventual uso de publicidade oficial para o fomento de eventual ataque às instituições democráticas.

De outra parte, no ano de 2019 observou-se um aumento significativo dos valores recebidos nos meses de março, abril, maio, junho

e julho, o que coincide, no aspecto temporal, com o aumento substancial das *fake news* e publicações de ataques ao STF, às instituições da República, ao regime Democrático e ao Estado de Direito.

A questão da remessa e recebimento de valores ao exterior, em tese, pode indicar situação que vai além de eventual evasão de divisas ou sonegação fiscal, considerando o desenvolvimento das atividades pelo Canal Terça Livre e do JORNAL A CIDADE ONLINE em território nacional, aparentemente como forma de ver-se livre de qualquer tipo de fiscalização da atividade ou sobre a origem dos recursos.

Some-se a isto a possível circunstância de remessa de valores do Brasil dirigidos a empresa no exterior sem qualquer controle, com risco de que parte de tais valores seja originado de verba pública, fechando um ciclo aparentemente ilegal: verbas públicas brasileiras pagas, clandestinamente, a empresas privadas que produzem e divulgam discurso de ódio, ataques aos Poderes de Estado e às Instituições da República e rompimento do Estado Democrático de Direito.

A necessidade de apuração de todas as fontes de financiamento dessa organização criminosa, segundo o relatório da autoridade policial, indicou, ainda, a necessidade de aprofundamento da investigação a respeito de outro possível mecanismo ilícito de financiamento por meio de doações de valores recebidas pelo canal TERÇA LIVRE, *“considerando a quantidade de servidores públicos doadores e respectivos valores repassados”*.

Segundo o relatório policial, *“identificou-se que o sítio TERÇA-LIVRE e pessoas vinculadas recebem valores significativos doados ao canal por meio de plataformas de crowdfunding (indicação de cerca de 100.000 por mês), feitos por meio de sítios de doação (apoia-se, super chat etc) ou diretamente em contas pessoais. (...) A quantidade de doações, o valor repassado por servidores públicos, a forma do repasse, a preocupação demonstrada pelas pessoas ligadas ao TERÇA-LIVRE quanto à exigência de indicação de CPF pelo sítio APOIA-SE, indica a necessidade de compreender os fatos e as circunstâncias”*.

Este viés econômico na atuação de ALLAN DOS SANTOS e dos integrantes e sócios do canal TERÇA LIVRE, gera indícios não só de alta

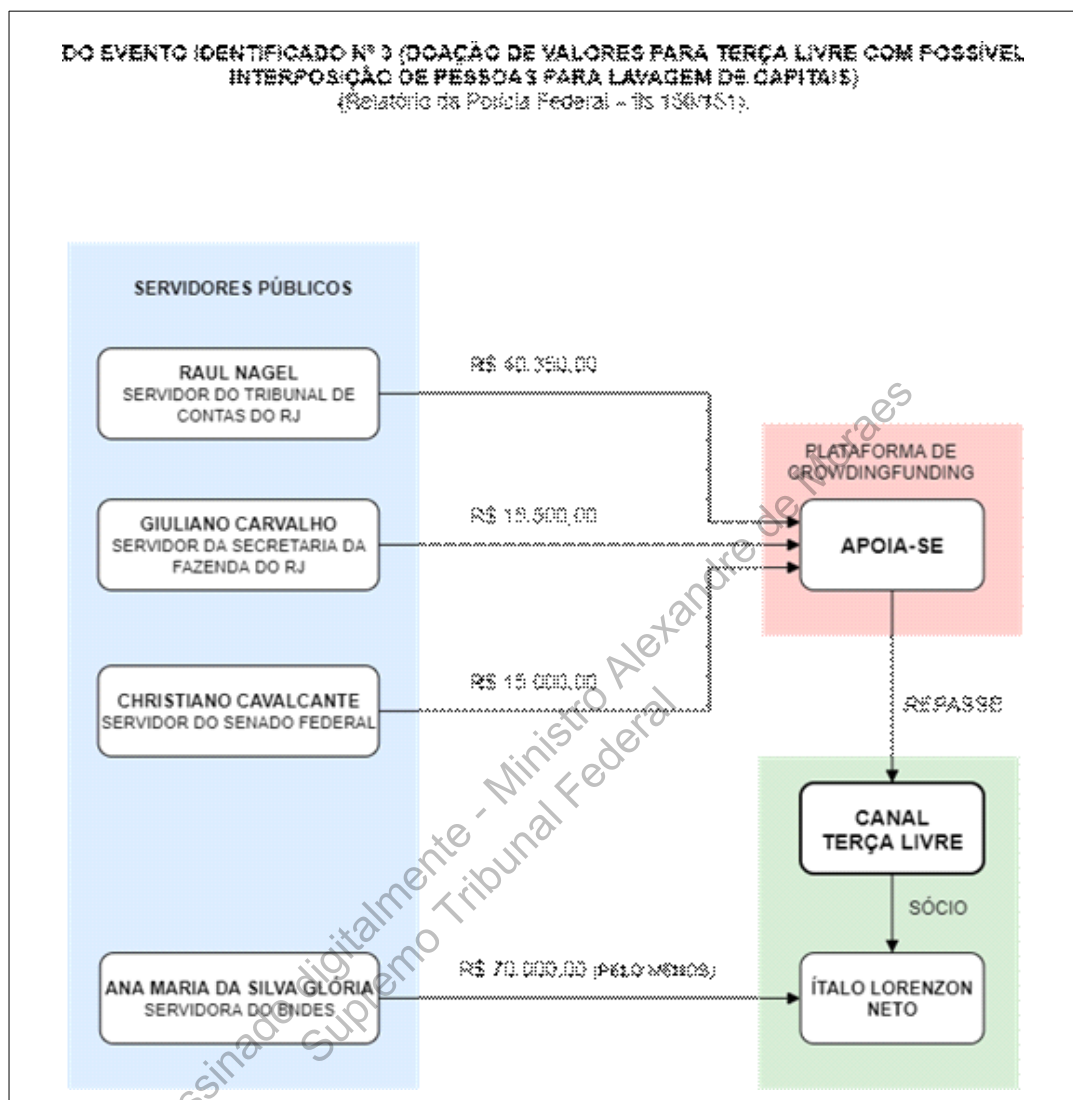
lucratividade decorrente dos ataques às Instituições e seus agentes e ao Estado Democrático de Direito, através de seus canais de mídia social, mas de remessas de valores ao exterior sem a devida informação aos órgãos de fiscalização tributária, recebimento de valores diretamente no exterior por atividade econômica realizada no país e, mais grave, a possibilidade de ocorrência de financiamento público para tal, por meio da SECOM ou através de interpostas pessoas.

Apurou-se a existência de doações sucessivas ou de alto valor por servidores públicos em favor do canal “TERÇA LIVRE” ou seus sócios, o que não se mostra compatível com os ganhos daqueles. Some-se a indicação de recebimento contínuo e de alto valor por plataformas de *crowdfunding*, de cerca de R\$ 100.000,00 por mês, por meio de sites (Apoia-se, Super Chat etc) diretamente ao Canal Terça Livre ou para seus sócios.

Sobre o ponto, apreendeu-se na casa de ALLAN DOS SANTOS uma planilha de doadores do canal TERÇA LIVRE, por meio da plataforma APOIA-SE, com mais de 1.700 linhas. Entre os maiores doadores, cerca de quatro funcionários públicos destacam-se pelos valores doados.

A situação demonstrada, em tese, a seguinte estrutura:

Documento assinado digitalmente por Alexandre de Moraes
Supremo Tribunal Federal



Documento assinado digitalmente - Ministro Alexandre de Moraes
Supremo Tribunal Federal

RAUL NAGEL ETGES, servidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, realizou 27 doações, num total de R\$ 40.350,00 (fl. 40 do relatório da Polícia Federal); GIULIANO DE CARVALHO, servidor da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro, realizou 31 transações, num total de R\$ 15.500,00; CRISTIANO CAVALCANTE, servidor do Senado Federal, realizou 3 transações, num total de R\$ 15.000,00. Chama a atenção a desproporção entre os vencimentos de tais servidores públicos e os valores doados.

Servidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com vencimentos declarados nos autos de R\$ 15.600,00, RAUL NAGEL ETGES doou, entre 2017 e 2019, cerca de R\$ 53.000,00 ao CANAL TERÇA LIVRE, sem informação à Receita Federal, além de um depósito afirmado de R\$ 500,00 na conta pessoal de ALLAN DOS SANTOS. Ou seja, mais de um salário integral por ano, embora afirme não ter nenhuma relação pessoal com ALLAN DOS SANTOS. Assim declarou RAUL NAGEL ETGES à autoridade policial (fls. 40 do Relatório da Polícia Federal):

- é técnico de informática há 27 (vinte e sete), nesse tempo todo concursado no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE;
- no TCE trabalha com bancos de dados do Tribunal, no setor de Tecnologia da Informação, com salário líquido de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscientos reais);
- nunca exerceu cargo comissionado ou de confiança nos Poderes da Administração Pública;
- não possui amigos ou parentes que exerçam cargos de confiança na Administração Pública;
- somente conhece ALLAN DOS SANTOS do Canal que ele possui no YouTube e nunca o viu pessoalmente;
- o declarante afirma ter feito doações ao Canal TERÇA LIVRE de ALLAN DOS SANTOS, no montante aproximado de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) entre 2017 e 2019;
- não declarou estas doações para o Imposto de Renda;

QUE essas doações foram em grande maioria no CNPJ do canal TERÇA LIVRE; QUE se recorda de ter colocado cerca de R\$ 500,00 (quinhentos reais) diretamente na conta pessoa física de ALLAN DOS SANTOS, mas não sabe ao certo quando foi;

- os valores doados foram a título de colaboração para o canal TERÇA LIVRE foram oriundos dos seus rendimentos e feitos por espontânea vontade;

- o declarante não se colocou como terceiro interposto fazendo doações em seu nome para mascarar doações de outras pessoas ou empresas e nunca falou por qualquer meio de comunicação com ALLAN DOS SANTOS, ÍTALO LORENZON ou as demais pessoas acima citadas;

- as doações foram feitas pois o declarante fez os cursos online promovidos pelo canal TERÇA LIVRE e, como gostou muito do conteúdo, achou por bem colaborar financeiramente para que o TERÇA LIVRE continuasse produzindo conhecimento.

A funcionária do BNDES ANA MARIA DA SILVA GLÓRIA, que afirma vencimentos líquidos de R\$ 38.000,00, remeteu diretamente para ÍTALO LORENZON, mas através do CNPJ do “Canal Terça Livre”, o valor de R\$ 90.000,00 em doação única, afirmando ser o dinheiro resultado do recebimento de sua participação nos lucros do banco (fls. 37 do Relatório da Polícia Federal). No material apreendido com ALLAN DOS SANTOS, há mensagem de ANA GLÓRIA afirmando que havia informado o valor de R\$ 70.000,00 em sua declaração de imposto de renda para a doação feita para ÍTALO LORENZON. Assim declarou ANA MARIA à autoridade policial, conforme extrato produzido no relatório de investigação (fls. 37 do Relatório da Polícia Federal):

- trabalha no BNDES como Analista de Sistemas há 27 (vinte e sete anos) e suas funções no referido banco são técnicas, na área de Gestão Sócio Ambiental (Fundo Clima e FUNTEC);

- nunca foi nomeada para cargo de confiança ou comissionado;

- não possui parentes ou amigos que possuam cargos comissionados em algum dos Poderes da Administração Pública;

- é colaboradora financeira do site "Terça Livre", de ALLAN DOS SANTOS;

- em relação a ÍTALO LORENZON, a declarante informa que, quando fez as doações para o "TERÇA LIVRE", os depósitos eram realizados no CNPJ nº 27.812.787/0001-42, em nome de ITALO LORENZON NETO, na conta Banco Santander AG. 3426, CC 00013003250-7;

- sobre o canal TERÇA LIVRE de ALLAN DOS SANTOS, a declarante conheceu pela internet e entendeu interessante os temas abordados pelo canal. Como o canal vive de colaborações espontâneas, a declarante quis ajudar financeiramente na manutenção do mesmo;

- possui salário líquido de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais);

- as contribuições financeiras realizadas ao canal da internet TERÇA LIVRE, a declarante esclarece que os cerca de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) foram todos oriundos dos seus próprios rendimentos como funcionária do BNDES, notadamente do que foi auferido a título de participação nos lucros (PLRs) do banco;

- a declarante afirma que não houve qualquer pessoa que lhe solicitou que realizasse as contribuições para o canal TERÇA LIVRE, mediante um posterior reembolso;

- a declarante tem o hábito de realizar doações a pessoas necessitadas e a canais de difusão de informações na internet, tais como o MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR, BRASIL SEM MEDO, BERNARDO KUSTER, SENSO INCOMUM, mas todos devidamente declarados no imposto de renda.

Embora afirme que a doação consta de sua declaração de ajuste de imposto de renda e que faz doações a diversos canais, o fato é suficientemente incomum a ponto de justificar o aprofundamento da investigação, especialmente para se apurar se houve ou não transferência

de recursos por meio de interposta pessoa, sem que se tenha notícia da origem de tais valores. E, confirmado tal fato, a destinação real dos valores.

Ainda, no aspecto do financiamento do CANAL TERÇA LIVRE, apurou-se que entre 13 de abril de 2020 e 13 de maio de 2020, houve 1.581 transações, das quais 649 sem recebimento da identificação do CPF, demonstrando a possibilidade de remessa de valores por interpostas pessoas ou de forma a não permitir a identificação de sua origem e licitude. Bem por isto, observou-se dos autos a preocupação das pessoas ligadas ao CANAL TERÇA LIVRE quanto à exigência, pelo sítio APOIA- SE, de indicação de CPF para a realização das doações.

Desta forma, seja pela quantidade de doações e, destas, os altos valores remetidos por servidores públicos, seja pela forma de repasse sem a indicação de origem pelo CPF, necessária melhor apuração deste fluxo financeiro, especialmente em se considerando o alcance da apuração deste inquérito quanto ao uso de dinheiro público ou privado para suas atividades, especialmente quanto voltadas aos ataques às Instituições democráticas e ao Estado de Direito.

Tais elementos confirmam a necessidade de aprofundamento da apuração, considerando indícios de remessa indevida de valores ao exterior e possível retorno sem a devida oficialização.

Outro dado importante surgiu durante as investigações, exigindo maiores apurações sobre suposto conluio – dentro da já citada ilícita parceria “público-privada” de financiamento dessa organização criminosa – entre OTÁVIO OSCAR FAKHOURY e órgão públicos.

Por conta da análise de materiais apreendidos na residência de OTÁVIO OSCAR FAKHOURY, foram encontrados arquivos eletrônicos em *hard disk* externo indicando o pagamento de despesas com material eleitoral do então candidato Jair Bolsonaro. Constam, ainda, outras doações a candidatos, feitas por OTÁVIO OSCAR FAKHOURY.

Segundo o Relatório de Análise de Material Apreendido (RMA 01/2020 – IPL 2020.0060052-DICOR/PF):

Arquivos nomeados como “Orçamento_JP_Materiais Pró Bolsonaro.pdf” e “Orçamento_CE_Materiais Pró Bolsonaro.pdf” foram encontrados e são referentes a um orçamento para a confecção de adesivos e panfletos. As respectivas notas fiscais, que evidenciam as compras orçadas, foram localizadas e em ambas OTAVIO foi o pagador. Os valores são de R\$ 35.000,00 e R\$ 11.300,00 e as duas foram emitidas em 23/10/2018, período eleitoral. As notas foram emitidas pela empresa ISABEL CRISTINA COSTA CORREA (GRÁFICA CRIART), CNPJ 12.007.840/0001-65, localizada em João Pessoa/PB.

Segundo informações da empresa gráfica Criart, foram comprados e entregues 150.000 adesivos de tamanho 30x10, 30.000 adesivos de tamanho 30x10, 100.000 bottons de 7x7, 50.000 bottons de 7x7, 150.000 panfletos de 15x21 e 50.000 panfletos de 15x21, todos contendo material de campanha eleitoral do então candidato Jair Bolsonaro.



Figura 7 - Panfletos entregues (50.000 unidades para JP)

Botton - CE - 7x7 - 100.000



Figura 4 – Bottons entregues (100.000 unidades para o CE)

Botton - JP - 7x7 - 50.000



Figura 5 - Bottons entregues (50.000 unidades para JP)

Panfletos - CE - 15x21 - 4x4 - 150.000



Figura 6 - Panfletos entregues (150.000 unidades para o CE)

Segue o relatório:

Dois dias depois – 25/10/2018 – outra nota fiscal, no valor de R\$ 7.000,00, descreve a compra de 30.000 adesivos, “sendo 12.000 Bolsonaro Nordeste e 18.000 Carlos Eduardo e Bolsonaro”. Essa nota foi emitida pela empresa GRÁFICA E EDITORA QUATRO CORES EIRELI, CNPJ 26.408.616/0001-90, situada em Natal/RN, sendo OTÁVIO o tomador de serviço.

Ocorre, entretanto, que a investigação aponta o citado empresário em uma estranha negociação com a PETROBRÁS, com diversos indícios de irregularidades.

A autoridade policial destaca a *“renegociação de valor de aluguel de imóvel por FAKHOURY à PETROBRÁS; Aditivo firmado em 07/05/19 em acordo extrajudicial, no qual se reajustou o valor de locação de R\$ 30.000 para R\$ 110.000 (de 01/09/17 a 21/12/2018) e posteriormente passaria a ser de R\$ 150.000 (a partir de 01/05/19). Todos os valores foram reajustados com datas retroativas e essa diferença deveria ser paga em 20 dias. Em agosto de 2017, a EPOF (empresa de FAKHOURY) entrou com pedido de despejo da locatária PETROBRAS. O despejo foi efetivado em 27/12/2017. Porém, os pagamentos relacionados ao aluguel continuaram”*.

A situação descrita na investigação é altamente suspeita, porque a renovação da locação pela Petrobrás, datada de 07/05/2019, com efeitos retroativos a 01/09/2017, ocorreu quando já havia pedido de despejo do imóvel e sua efetivação, ocorrida em 27/12/2017. Ou seja, a Petrobrás aumentou o valor locativo a ser pago para Otávio Oscar Fakhoury quando o imóvel já estava desocupado a pedido do próprio proprietário, tornou retroativo o aumento do valor e, por fim, manteve os pagamentos mesmo após a desocupação.

Não havia razão para a Petrobrás manter os pagamentos da locação de uma área já não ocupada há mais de ano.

Considerando a posição de Otávio Oscar Fakhoury como um possível financiador da organização criminosa investigada nestes autos,

bem como os indícios de custeio de material de campanha eleitoral aparentemente sem que conste na prestação de contas, chama a atenção os pagamentos em elevado valor, de forma recorrente feito por empresa de controle da União, sem justificativa plausível.

Há necessidade de se apurar se o mecanismo foi utilizado, de alguma forma, como meio para o financiamento de campanha eleitoral ou mesmo da construção e manutenção de estrutura para a produção e divulgação de notícias falsas ou com a finalidade específica de atacar as instituições democráticas.

Há, como apontado pela autoridade policial, a necessidade de execução de novas diligências para o devido esclarecimento dos fatos. Dentre outros aprofundamentos que possam se mostrar pertinentes, vislumbra-se, a título de mero exemplo, a seguinte linha investigativa passível de adoção pela Polícia Federal:

“apurar as circunstâncias dos valores repassados conforme identificou a autoridade policial, diligenciando-se no sentido de verificar a veracidade ou não das informações prestadas por **OTÁVIO OSCAR Fakhoury** em seu depoimento (fls. 65/67, do Relatório da PF)”.

Por fim, no decorrer das investigações, identificou-se a existência de um possível “núcleo de divulgação” composto por agentes políticos, servidores públicos e autodenominados comunicadores, cuja finalidade específica é promover ataques a determinados agentes públicos, notadamente integrantes do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, como forma de agredir as Instituições Democráticas, especialmente a representação popular por representantes do Congresso Nacional e o Estado de Direito, por meio de ataques ao Supremo Tribunal Federal.

Esses dados foram apontados, a partir de relatório produzido pela empresa Atlantic Council, através da empresa Facebook, em função de ser a proprietária dos aplicativos Facebook e Instagram e adotar, como política, impedir que discursos de ódio ou falsos, bem como por contas inautênticas, que possam interferir na escolha de representantes em

determinado país ou na própria relação entre o Estado e seus cidadãos.

Segundo o relatório de referida empresa, observou-se o comportamento inautêntico de tais contas a partir de uma combinação de contas duplicadas e contas falsas (Relatório de Análise 11/20020), sendo removidas pelo Facebook, pois utilizadas para evitar políticas de uso do aplicativo.

Afirma-se o uso de tais contas e pessoas fictícias fingindo ser repórteres, publicando conteúdo e gerenciando páginas simulando serem veículos de notícias (Relatório 022/2020-NIP/SR/PF/DF – fls. 900 – 2020.0124709).

Ainda, segundo o relatório do Facebook, pelas análises das contas inautênticas por conta do relatório da Atlantic Council, tais contas indicam:

“operações executadas por um governo para atingir seus próprios cidadãos. Isso pode ser particularmente preocupante quando combinam técnicas enganosas com o poder de um Estado”.

A partir do relatório, observou-se a possível existência de três núcleos de atuação de tais páginas com comportamento inautêntico, especialmente em Brasília e no Rio de Janeiro, mas também na cidade de São Bernardo do Campo, com inter-relação entre páginas e seus “donos”. A partir do levantamento de usuários e IPs (80.552), chegou-se ao número de 15.528 IPs em Brasília e, a partir de informações prestadas pelas empresas Claro, Vivo, Tim e Oi, chegou-se a 5.120 vínculos de contas e endereços de IP, com identificação de 844 acesso com identificação de usuários (32 assinantes, vários deles com vínculos com os proprietários das contas inautênticas apontadas pelo Facebook) (Relatório 022/2020- NIP/SR/PR/DF, fls. 112).

Dentre elas, observou-se as contas Snapnaro (5497350133), DiDireita (14196081903), Trump We Trust (13140887530), Tudo é Bolsonaro (5765160250), Porque o Bolsonaro? (5631430360) e Snapressoras (7711678194) e, a partir da análise dos IPs utilizados para os acessos,

conclui-se pela responsabilidade, por todas, da pessoa de FERNANDO NASCIMENTO PESSOA, Assessor Parlamentar do Senador Flávio Bolsonaro.

O mesmo em relação à página Johnny Bolsonaro Bravo (17654686344), identificada como sendo de reponsabilidade de VANESSA DO NASCIMENTO NAVARRO, Assessora Parlamentar do Deputado Estadual do Estado do Rio de Janeiro ANDESON MORAES, e namorada de LEONARDO RODRIGUES DE BARROS NETO, responsável, dentre outras, pela conta “Bolsoneas”.

O mesmo em relação, por exemplo, às páginas Bolsofeios e Bolsogordos, identificada como sendo de responsabilidade de CARLOS EDUARDO GUIMARÃES, Assessor Parlamentar do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro.

E, por fim, a título de exemplo, a conta Bolsonaro News, criada e mantida por TÉRCIO ARNAUD TOMAZ, criador também da página Bolsonaro Opressor 2.0 (desativada), que atua como Assessor Especial da Presidência da República.

De forma objetiva, apurou-se que ao menos três contas mantidas no Facebook se vinculam a servidores públicos que possuem cargos de assessoramento de políticos que adotam a postura de atacar opositores individuais, instituições e qualquer sistema que possa significar fiscalização ou impedimento a seus desígnios. Isto porque “não constam nos dados cadastrais das contas em questão qualquer informação útil na identificação de seus proprietários, possivelmente na tentativa de ocultar a identidade de quem as utiliza”, situação comum às contas dos grupos Brasília e Rio de Janeiro, o que pode significar um indício de comportamento coordenado entre estes.

De acordo com o que consta do Relatório de Análise 22/2020 (fls. 113),

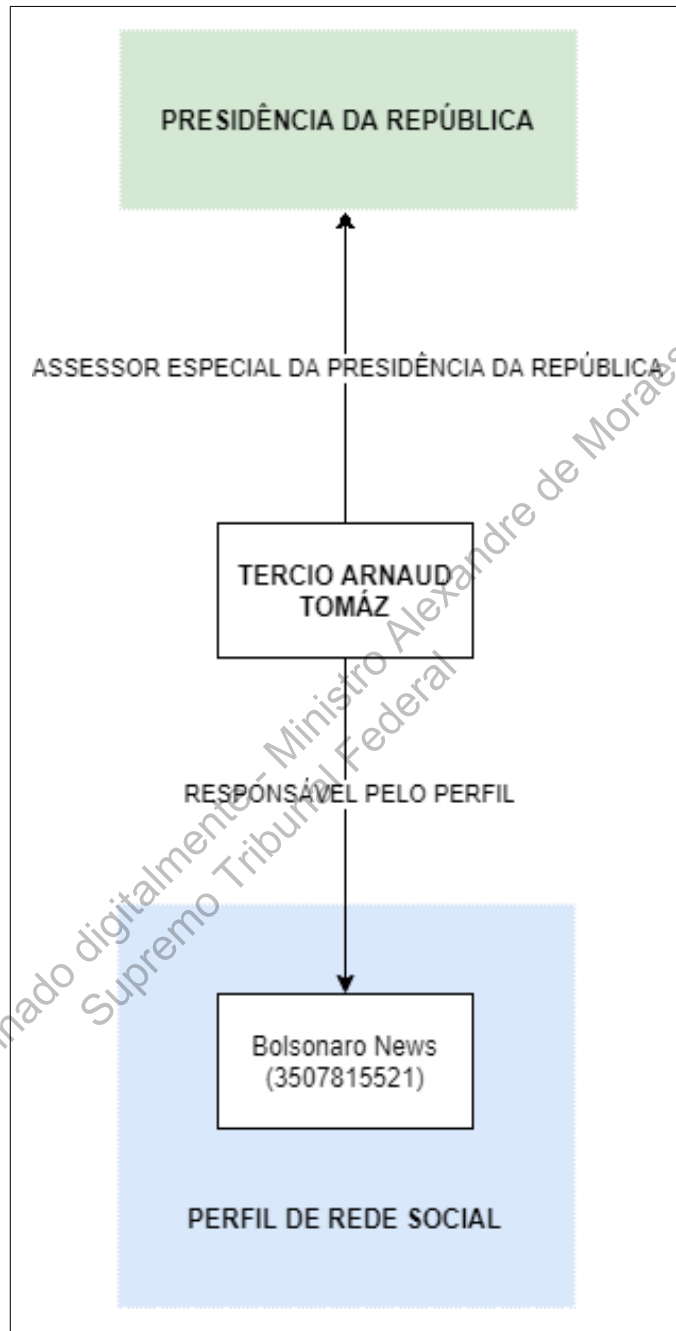
“Diante da amostragem analisada, identificou-se que 1.045 acessos de contas apresentadas no Relatório da Atlantic Council oriundas de órgãos públicos: Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Câmara de Vereadores (RJ).

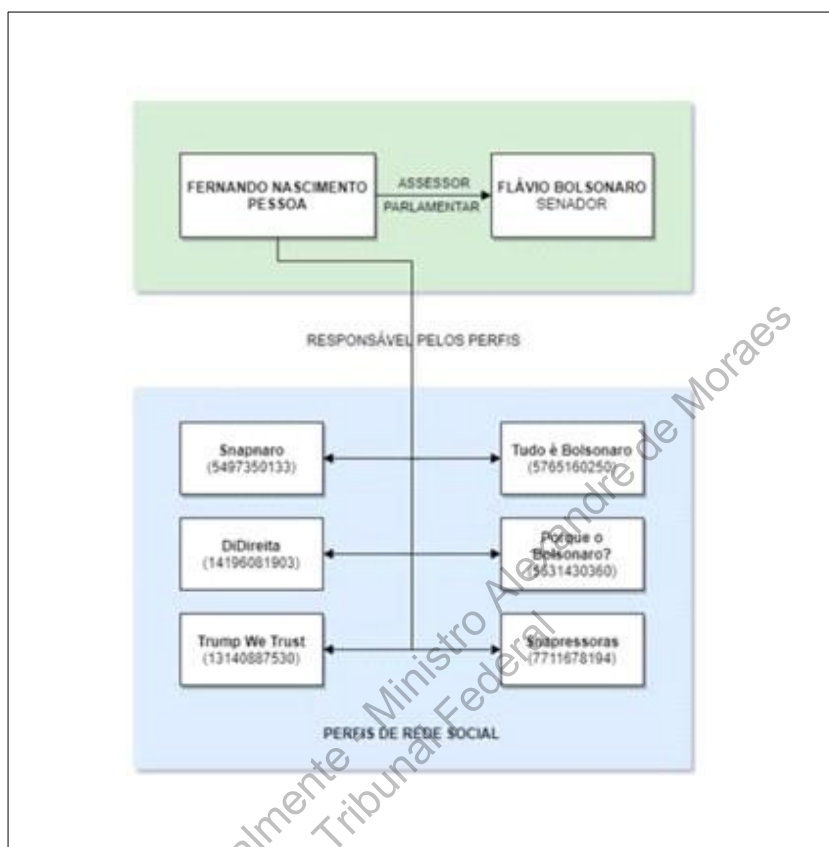
Além disso, foram identificados acessos oriundos do Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea.”

O uso de tais páginas para a divulgação de ataques às instituições democráticas e a seus integrantes, utilizando-se de estrutura pública, pode significar a adoção de prática de forma coordenada por ordem dos políticos que mantêm tais pessoas como seus assessores, gerando, inclusive, a necessidade de apuração eventual uso de dinheiro público para a prática de atividades ilícitas.

A página BolsonaroneWS, de responsabilidade de TÉRCIO ARNAUD TOMAZ, assessor especial da Presidência da República, foi acessada mais de 50 vezes a partir de IP do Palácio do Planalto, no período entre 22/11/2018 e 14/05/2019, além de outras 14 vezes a partir do comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea.

Documento assinado digitalmente - Ministro Alexandre de Moraes
Supremo Tribunal Federal





O mesmo comportamento observa-se na conta Bolsofeios, mantida pelo Assessor Parlamentar do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, CARLOS EDUARDO GUIMARÃES, acessada mais de 50 vezes entre 01/06/2017 e 31/01/2020, na rede interna da Câmara dos Deputados, com indicação que todos os acessos ocorreram através do “PONTO: D_55352”, utilizado pelo Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO.

Da mesma forma, a conta SnapNaro, pertencente a FERNANDO NASCIMENTO PESSOA, Assessor do Senador Flávio Bolsonaro, foi acessada por meio de rede interna do Senado Federal, entre 08/02/2019 e 26/09/2019, dezenas de vezes, pendente confirmação do gabinete servido pelo IP utilizado.

Ou seja, há sérios indícios de uso da rede de computadores interna do Palácio do Planalto, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por meio de assessores de parlamentares reconhecidamente ligados ao objeto de investigação nestes autos, para divulgar ataques às instituições democráticas, seus integrantes e, deliberadamente contra o regime democrático e o Estado de Direito estabelecidos pela Constituição Federal.

A continuidade da apuração é necessária, verificando-se se, de fato, houve uso de meios públicos para tal mister, o que agrava a imputação da conduta de quem pretende, por meios ilícitos, atacar as instituições democráticas do Brasil.

III) NECESSIDADE DE COMPARTILHAMENTO INTEGRAL DAS PROVAS DO PRESENTE INQUÉRITO COM O INQUÉRITO Nº 4.781.

Da análise das provas iniciais produzidas no presente inquérito, vê-se parcial correspondência do objeto da apuração em andamento no Inquérito 4.781.

Vê-se, ainda que de forma parcial e sujeita a aprofundamento específico, elementos de provas produzidas nestes autos que sugerem a atuação de investigados comuns aos dois inquéritos, com uso de perfis falsos por particulares e servidores públicos, bem como com possível uso de infraestrutura pública, para a publicação e divulgação de ataques a instituições como o Supremo Tribunal Federal e seus Ministros e o Congresso Nacional e seus integrantes, por meio de redes sociais.

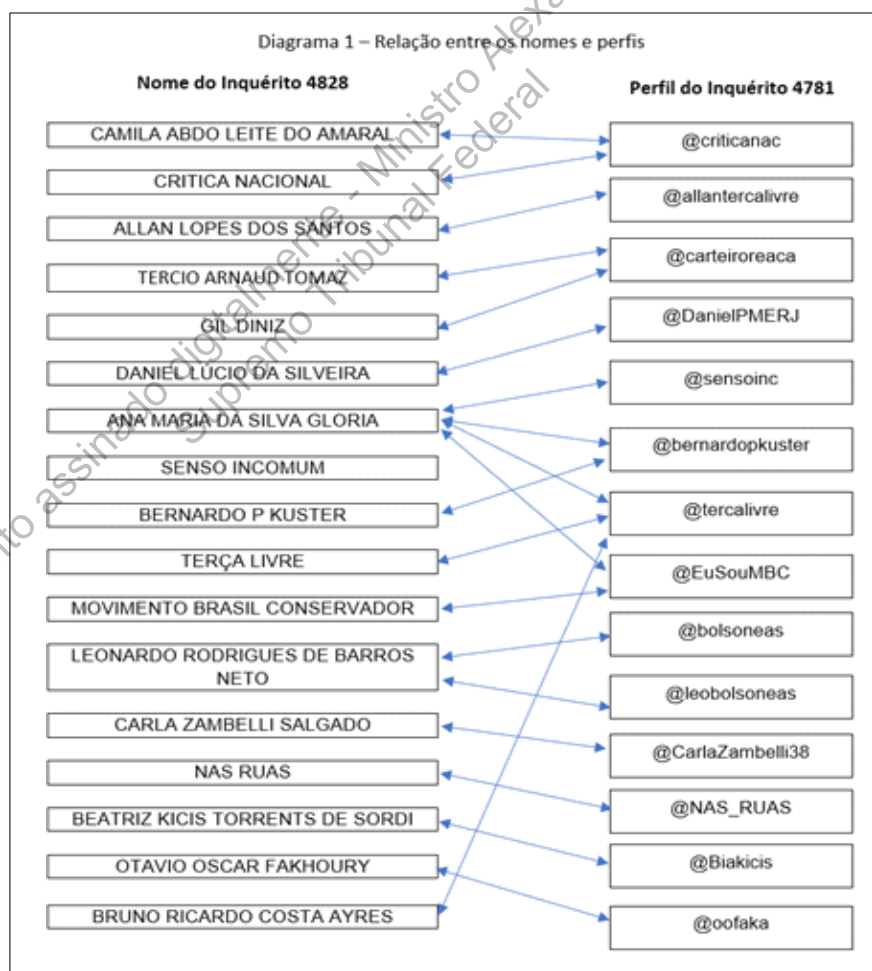
Observa-se, de forma comum aos dois inquéritos, a existência de grupos coordenados que utilizam, de forma recorrente, redes sociais e mídias alternativas como instrumentos para a concretização de atos de disseminação de notícias fraudulentas para atacar membros do Supremo Tribunal Federal e outras autoridades constituídas, para a promoção de ataques às próprias Instituições Democráticas de representação política e

INQ 4828 / DF

social do Brasil, especialmente quanto à legitimidade do Poder Legislativo.

Além do uso de meios comuns para a realização dos ataques, observa-se parcial identidade dos sujeitos investigados, pelo uso de contas em redes sociais próprias, pelo controle ou responsabilidade por contas inautênticas, ou referente a pessoas jurídicas, blogs e páginas específicas mantidas na internet.

A partir dos perfis da rede social Twitter, investigados no Inq. 4.781, observa-se correspondência parcial com os nomes citados no relatório do Inq. 4.828. A interligação entre sujeitos pode ser observada no seguinte gráfico:



Em diversos pontos do Inq. 4.828, observam-se manifestações ou informações relativas a perfis investigados no Inq. 4.781:

a) termo de declarações de CAMILA ABDO LEITE DO AMARAL, afirmando que recebe R\$1.200 do site CRITICA NACIONAL (Perfil do Twitter: @criticanac) (fls. 6 do Relatório da Polícia Federal);

b) termo de declarações de ALLAN LOPES DOS SANTOS (Perfil do Twitter: @allantercalivre), afirmando que é sócio na empresa TERÇA LIVRE TV SANTOS (Perfil do Twitter: @tercalivre) (fls. 11 do Relatório da Polícia Federal);

c) termo de declarações de TERCIO ARNAUD TOMAZ, afirmando que que GIL DINIZ (Perfil do Twitter: @carteireoreaca), enquanto assessor do Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO, entrou em contato com o declarante para estabelecer contato entre o declarante e JAIR BOLSONARO, então Deputado Federal; (fls. 19 do Relatório da Polícia Federal);

d) termo de declarações de DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA (Perfil do Twitter: @DanielPMERJ) (fls. 30 do Relatório da Polícia Federal);

e) termo de declarações de ANA MARIA DA SILVA GLORIA são citadas contribuições para TERÇA LIVRE (Perfil do Twitter: @tercalivre), MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR (Perfil do Twitter: @EuSouMBC), BERNARDO KÚSTER (Perfil do Twitter: @bernardopkuster) e SENSO INCOMUM (Perfil do Twitter: @sensoinc) (fls. 37 do Relatório da Polícia Federal);

f) termo de declarações de LEONARDO RODRIGUES DE BARROS NETO é citado que seus perfis são BOLSONEAS (Perfil do Twitter: @bolsonneas) e LEO BOLSONEAS (Perfil do Twitter: @leobolsonneas) (fls. 38 do Relatório da Polícia Federal);

g) termo de declarações de CARLA ZAMBELLI SALGADO (Perfil do Twitter: @CarlaZambelli38) é citado que era integrante do movimento NAS RUAS (Perfil do Twitter: @NAS_RUAS) (fls. 42 do Relatório da Polícia Federal);

h) termo de declarações de BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI (Perfil do Twitter: @Biakicis) (fls. 47 do Relatório da Polícia Federal);

g) termo de declarações de OTAVIO OSCAR FAKHOURY (Perfil do Twitter: @oofaka) é citado que é apoiador do canal CRITICA NACIONAL (Perfil do Twitter: @criticanac) (fls. 6 do Relatório da Polícia Federal);

i) termo de declarações de BRUNO RICARDO COSTA AYRES é citado que é sócio da empresa TERÇA LIVRE (Perfil do Twitter: @tercalivre) (fls. 76 do Relatório da Polícia Federal).

O objeto e os sujeitos, assim, guardam estrita conexão com a apuração que é feita no Inquérito 4.781, ensejando o compartilhamento das provas produzidas nestes autos.

O compartilhamento de provas em procedimento investigatório, havendo delimitação suficiente do objeto em apuração e verificada sua pertinência, sujeita a valoração futura pelo juízo destinatário, é admitida pela jurisprudência da Corte (AgRg no AgRg na AC 4.044, Rel. Min. EDSON FACHIN, 2ª Turma, j. 15.02.2019; INQ 3.967, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, 2ª Turma, j. 22.11.2016; RE 810.906-AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, 1ª Turma, DJe 14.09.2015; AI 626.214-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, 2º Turma, DJe 08.10.2010; HC 83.515, Rel. Min. NELSON JOBIM, Tribunal Pleno, DJ 04.03.2005).

INQ 4828 / DF

Estes fatos, por certo, encontram identidade parcial com os fatos e pessoas investigados no Inq. 4.781, ensejando não só a produção de provas comuns a ambos os autos, mas também a apuração da ocorrência de crimes cometidos de forma contínua, muito em função e utilizando-se os resultados materiais como forma de garantir os resultados pretendidos.

Se a estrutura das redes sociais, das contas falsas ou não autênticas e da exploração profissional de sua realidade atual, serve para a divulgação de *fake news* para atingir a imagem, a honra e a própria segurança dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, além de outras autoridades do Estado, também é tal estrutura utilizada para a divulgação de discurso de ódio, para pregar o fim da autonomia dos Poderes de República, o afastamento de representantes eleitos pela população e indicados nos termos da Constituição Federal.

Dessa forma, necessário e imprescindível o compartilhamento das provas produzidas nestes autos no Inquérito 4.781, remetendo-se àqueles autos o Relatório Policial 2020.0124709 e seus apensos, bem como as demais provas colhidas nestes autos.

Esses elementos comuns, de ordem subjetiva e objetiva, indicam a necessidade de instauração de novo inquérito, nos termos da presente decisão, observando-se a prevenção ao Inquérito 4.878, nos termos do art. 77, I e III, do Código de Processo Penal.

IV) DISPOSITIVO.

Diante de todo o exposto:

1) **ACOLHO a manifestação da Procuradoria-Geral da República e DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO nº 4828**, instaurado para *“a apuração de fatos ocorridos no dia 19 de abril de 2020 e seus antecedentes”*, em virtude da ocorrência de *“aglomerações de indivíduos diante de quartéis do Exército brasileiro das quais foram noticiadas pretensões de animosidade entre as Forças Armadas e as instituições nacionais”*, nos termos do art. 3º, I, da Lei 8.038/1990, c/c os arts. 21, XV, e 231, § 4º, do RISTF, ressalvada a hipótese do art. 18 do Código de Processo Penal;

2) Em face do ARQUIVAMENTO, DEFIRO O REQUERIMENTO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA E REVOGO AS MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS NESTE INQUÉRITO 4.828, em relação à: Sara Fernanda Giromini, Renan de Moraes Souza, Érica Viana de Souza, Emerson Rui Barros dos Santos, Arthur Castro e Daniel Miguel, Oswaldo Eustáquio Filho;

3) DETERMINO A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ESPECÍFICO, A SER AUTUADO E DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO AO INQUÉRITO 4.781, DE MINHA RELATORIA, nos termos do art. 77, I e III, do Código de Processo Penal, PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES DOS EVENTOS NºS 01/02/03/04/05 IDENTIFICADOS PELA POLÍCIA FEDERAL em virtude da presença de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhante àqueles identificados no Inquérito 4.781, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito; o que, em tese, caracteriza os crimes previstos no art. 18, art. 22, I e IV e art. 23, I, II e IV, todos da Lei n. 7.170/1983; art. 2º, da Lei n. 12.850/2013; art. 1º, I e II, art. 2º, I, ambos da Lei n. 8.137/1990; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 7.492/1986 e art. 1º, da Lei n. 9.613/1998. Deverão ser juntados ao novo inquérito, que terá prazo inicial de 90 (noventa) dias, os documentos indicados pela PGR. Comunique-se ao Diretor Geral da Polícia Federal que, no âmbito da Polícia Federal, as investigações no inquérito a ser instaurado deverão ser presididas pela equipe chefiada pela Delegada Federal Denisse Dias Rosas Ribeiro em virtude da conexão probatória existente com o Inquérito 4.781;

4) DETERMINO O COMPARTILHAMENTO INTEGRAL DAS PROVAS DO PRESENTE INQUÉRITO COM O INQUÉRITO Nº 4.781;

5) DEFIRO o requerimento da Procuradoria Geral da República, em relação ao evento identificado nº 6 (solicitação de vantagem indevida

INQ 4828 / DF

Prefeito de Limeira/SP), no sentido de remessa da investigação à Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com a remessa dos documentos indicados pela PGR;

6) DEFIRO PARCIALMENTE o requerimento da Procuradoria Geral da República, no sentido do prosseguimento das investigações em relação ao evento identificado nº 07 (pagamento de caixa-dois), porém, DETERMINO a instauração de inquérito específico, a ser distribuído livremente no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com prazo de 90 (noventa) dias, uma vez que foram apontados indícios probatórios de, em tese, eventual prática de infração penal da Deputada federal PAULA BELMONTE, nos seguintes termos:

A Procuradoria-Geral da República requereu a remessa da investigação à Justiça Estadual, esclarecendo que, para a instrução da proposição n. 6, devem acompanhar as folhas 1 a 154 do volume 1 do RE 2020.012479 (relatório), as folhas 8 a 10 do apenso 2 do IPL 2020.0060052 (aura de apreensão), as folhas 324 a 366 do volume 2 do RE 2020.012479 (relatório de análise de material apreendido), as folhas 357 a 360 do volume 2 do IPL 2020.0060052 (Termo de Declarações n. 932979/2020), e a mídia da folha 363 do volume 2 do IPL 2020.0060052. Ocorre, porém, que há indícios de envolvimento de autoridade que detém foro por prerrogativa de função no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (art. 102, I, b, da CF/88).

A autoridade policial identificou evento em que *“na análise do celular apreendido, identificou-se a existência de diálogo em que LUIS FELIPE BELMONTE conversa com sua esposa Deputada PAULA BELMONTE, sobre a criação de uma empresa de eventos. Explica que tal empresa foi montada com o intuito de justificar o dinheiro (R\$ 2.000.000,00) de caixa-dois investido campanha de ‘TVAN’”*.

A autoridade policial destacou, ainda, o termo de declarações de LUIS FELIPE BELMONTE DOS SANTOS, nos seguintes termos (fl. 81):

Indagado sobre uma conversa estabelecida com sua esposa, a Sra. PAULA MORENO BELMONTE, no dia 12 de agosto de 2019, por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp, em que o declarante cita a criação de uma empresa de eventos para justificar os gastos com Ivan, em um montante de R\$ 2.000.000,00, que estariam sendo investigados pela Polícia civil e pelo COAF por suspeita de Caixa 2 e por isso a pessoa de GUILHERME sugeriu começar a fazer eventos para justificar o investimento, respondeu QUE inicialmente entende que a medida cautelar de busca e apreensão realizada em sua residência é ilegal, portando nula, sendo objeto de agravo perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

QUE tinha o objetivo de comprar a empresa de eventos de propriedade de IVAN, que era arrendatária de um espaço no clube do Congresso; QUE tinha o objetivo de promover eventos artísticos, culturais e esportivo em Brasília; QUE diante disso, efetivou a compra da empresa; QUE não se recorda dos valores;

- QUE citou o termo “caixa 2” pelo fato de acreditar que como a empresa de eventos não estava tendo tanta atividade, poderia ser interpretada ou forjada como uma causa de eventual “caixa 2”;

- Indagado sobre quem seria a pessoa de IVAN citado pelo declarante na mensagem enviada a sua esposa, respondeu QUE era o proprietário da empresa, arrendatária do espaço no clube do congresso; QUE não se recorda do nome da empresa adquirida; Indagado sobre o contrato de “investimentos” em eventos artísticos enviado no dia 19/07/2019 por GUILHERME ao declarante, por meio do aplicativo WhatsApp, em que o declarante aparece como investidor e a pessoa de IVAN FELIPE DUTRA como investido, com aporte de R\$ 2.000.000,00, respondeu QUE o referido contrato não foi executado; QUE o declarante preferiu adquirir a empresa de IVAN;

- Indagado sobre o motivo de ter transferido o montante de R\$ 634.920,00 em outubro de 2019, por meio do escritório LUIS FELIPE BELMONTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS para o escritório de advocacia KUFA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, respondeu QUE esclarece que houve apenas uma

INQ 4828 / DF

transferência no valor de R\$ 634.000,00, para realização de uma perícia extrajudicial, que está sob sigilo profissional.

7) DETERMINO A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO, com livre distribuição no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em relação à depósitos efetuados na conta da Deputada Federal Aline Sleutjes, por funcionários de seu gabinete, com prazo de 90 (noventa) dias, uma vez que, a Polícia Federal apontou a existência de indícios da prática, em tese, de infração penal pela referida parlamentar, nos seguintes termos.

A Polícia Federal vislumbrou a necessidade de continuidade de investigação, ressaltando os seguintes trechos do termo de declarações da parlamentar:

Indagada sobre o motivo de haver transferências a crédito no montante total de R\$ 68.037,95 feito pelo Chefe de gabinete MARCELO VINICIUS COLLERE em suas contas bancárias, respondeu QUE possui gastos em sua atividade parlamentar que são reembolsados pelo Tesouro nacional. Nesse sentido, o servidor TONICO faz o registro das notas para reembolso;

- o valor a ser reembolsado é depositado em uma conta do Banco do Brasil em nome da declarante; QUE em seguida esse valor é direcionado para as pessoas integrantes do gabinete da declarante que realizaram os gastos relacionados a atividade parlamentar da mesma;

- em relação aos depósitos realizados pelo chefe de gabinete MARCELO VINICIUS COLLERE explicou que concedeu no início de 2019 um empréstimo no valor de R\$ 50.000,00 a MARCELO devido a necessidades pessoais decorrentes de dificuldades financeiras até assumir a função no gabinete da declarante;

- a quitação do empréstimo foi feito mediante pagamentos parcelados durante os anos de 2019 e 2020 a medida da disponibilidade financeira de MARCELO;

- Indagada sobre o depósito no valor de R\$ 20.000,00 na

data de 02/10/2019 realizado por DAVI KATZENWADEL DE OLIVEIRA, respondeu QUE DAVI é seu advogado, mas no momento não se recorda do motivo do referido depósito;

- ANDRESSA (irmã de MARCELO COLLERE) era proprietária de uma empresa denominada BE HAPPY (malharia), localizada em Curitiba/PR que confeccionava camisetas para os eventos do ALIANÇA PELO BRASIL e para os servidores da equipe da declarante: QUE os depósitos se referiram a acertos financeiros decorrente de vendas de materiais relacionados ao gabinete da declarante e eventos do ALIANÇA PELO BRASIL;

- Indagada sobre os motivos das transferências feitas por RENAN GREGORY PESSIN ALVES (RENAN foi assessor da declarante em 2019) para suas contas bancárias no valor de R\$ 40.001,00 em outubro de 2019, respondeu QUE no momento não se recorda;

- ALEXANDRE ULYSSES SEFRIN, respondeu que sim. QUE ALEXANDRE trabalhou no gabinete da declarante na área de comunicação, mas ficou pouco tempo na função; Indagada se conhece a empresa PESSIN & COLLERE BRINDES E EVENTOS (ECOLOGIKA BRINDES E EVENTOS, respondeu que não; QUE nunca contratou os serviços da referida empresa.

8) DEFIRO O PEDIDO da Procuradoria-Geral da República e DECLARO A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE do investigado Arolde de Oliveira, com fundamento no art. 107, I, do Código Penal. O Senador Arolde de Oliveira foi inicialmente investigado nestes autos. Embora não haja juntada nos autos de certidão de óbito, tem-se por fato notório seu falecimento, ensejando a declaração de extinção de punibilidade;

9) DEFIRO o requerimento da Procuradoria Geral da República e DETERMINO a instauração de procedimento na Receita Federal do Brasil, com vistas a apurar eventual sonegação fiscal no que diz respeito aos relatórios de monetização de fls. 57/123 do RE 2020.0070028, nos exatos termos requeridos pela Procuradoria-Geral da República em sua

INQ 4828 / DF

manifestação;

10) DEFIRO o requerimento da Procuradoria Geral da República e DETERMINO a remessa à Corregedoria Geral do Tribunal Superior Eleitoral cópia do Relatório de Análise de Material Apreendido (RMA 01/2020 – IPL 2020.0060052-DICOR/PF).

Cumpra-se.

Expeça-se o necessário.

Publique-se.

Dê-se ciência imediata à Procuradoria-Geral da República. Brasília,
1º de julho de 2021.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente - Ministro Alexandre de Moraes
Supremo Tribunal Federal